



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

A Malagueira como nunca o foi

Volume III

João António Galhardo dos Santos

Orientação: Marta Sequeira Carneiro

Mestrado Integrado em Arquitectura

Trabalho de Dissertação

Évora, 2017

VOLUME I –

005	AGRADECIMENTOS	
007	ÍNDICE	
008	RESUMO/ ABSTRCT	
010	01.	INTRODUÇÃO
	02.	ÉVORA NO PÓS 25 DE ABRIL DE 1974
016	02.1	CONTEXTO MORFOLÓGICO
022	02.2	CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO
026	03.	DA ENCOMENDA AO ANTEPLANO
030	03.1	«CADERNO 1 3/77 Évora/Bouça»
042	03.2	A ESTRATÉGIA
070	03.3	PLANO DE PORMENOR

VOLUME II – O QUE NUNCA FOI

084	04.	O QUE NUNCA FOI
084	04.1	PRIMEIRA FASE (1978-1979)
088	I.	PRIMEIRAS VERSÕES DA SEMICÚPULA
100	II.	ENCOMENDA DA NOVA SEDE PARA A COOPERATIVA BOA VONTADE
106	04.2	SEGUNDA FASE (1980-1985)
110	I.	«BROADWAY 2»
116	II.	ENCOMENDA DO MOTEL
122	III.	DE VOLTA À SEDE DA COOPERATIVA BOA VONTADE
132	04.3	TERCEIRA FASE (1986-1993)
136	I.	COMPLEXO PAROQUIAL
150	II.	APARTHOTEL
160	III.	RESTAURANTE / CASA DE CHÁ
174	IV.	ESCOLA DE LÍNGUAS
184	04.4	OUTRAS FASES (1994-)
186	I.	CLÍNICA MÉDICA
192	II.	SEMICÚPULA — ESTUDO PRÉVIO
200	III.	SEDE DA COOPERATIVA BOA VONTADE — LICENCIAMENTO
214	05.	CONSIDERAÇÕES FINAIS
218	06.	BIBLIOGRAFIA
224	LISTA DE ACRÓNIMOS	

VOLUME III – ANEXOS

	07.	ENTREVISTAS
230	07.1	ENTREVISTA AO DR. ABÍLIO FERNANDES
234	07.2	ENTREVISTA AO ARQUITECTO NUNO RIBEIRO LOPES
242	07.3	ENTREVISTA AO ARQUITECTO PAISAGISTA JOÃO GOMES DA SILVA
	08.	DESENHOS
252	08.1	SEMICÚPULA
258	08.2	SEDE DA COOPERATIVA BOA VONTADE
272	08.3	BROADWAY 2
278	08.4	APARTHOTEL
284	08.5	COMPLEXO PAROQUIAL
294	08.6	RESTAURANTE / CASA DE CHÁ
300	08.7	ESCOLA DE LÍNGUAS
306	08.8	CLINICA MÉDICA
312	FONTE DE IMAGENS	
	09	CADERNOS PESSOAIS DE ÁLVARO SIZA
	09.1	«CADERNO 1 (MARÇO 77) – Évora, Bouça»
	09.2	«CADERNO 5 (JUNHO 77) – Évora (LEVANTAMENTO PLANO GERAL»
	09.3	«CADERNO 13 (DEZEMBRO 77) – Évora (CASA)»
	09.4	«CADERNO 22 (MAIO 78) – Évora (VIADUTO CÚPULA)»
	09.5	«CADERNO 111 (MAIO 82)»

7.1 ENTREVISTA A DR. ABÍLIO FERNANDES

PRESIDENTE DA CME. 1976-2001

[23 de Junho de 2015]

João Galhardo Santos — Entra como presidente da CME em 1976. Consegue definir como era Évora, no após 25 de Abril de 1974, como era a cidade?

Abílio Fernandes — Estávamos no período revolucionário de Abril; a câmara municipal foi eleita em fins de 1976 e no início de 1977 começou a trabalhar. Fomos confron-tados com a realidade daquele momento, das necessidades mais prementes que a população sentia. Não percebíamos nada de câmaras, não percebíamos nada de gestão administrativa, cada um tinha a sua especialização. Eu era economista de empresas, outros eram de outras áreas, e felizmente tínhamos um arquitecto.

Seguíamos a linha da revolução de Abril que foi construída com o intuito de resol-ver os problemas angustiantes da população. E um dos problemas prementes era a habitação.

A tradição anterior, no tempo das câmaras do fascismo, permitia a construção ile-gal. Proliferavam, à volta da cidade de Évora, bairros clandestinos – as chamadas construções ilegais. Eram ilegais porque a câmara não autorizava, não havia planos. Essencialmente, o proprietário desenhava sobre um mapa, dividia o terreno em lotes rectangulares, vendia, re-cebia o dinheiro sem se fazer as escrituras, construía a casa sem pedir licença para construir, a casa nascia e toda a gente tinha conhecimento.

Para conseguir evitar as casas clandestinas, construídas ilegalmente, e havendo uma grande necessidade das populações de habitação, era fundamental para uma câmara ter esta questão em consideração. Era preciso um plano de urbanização de alguma dimensão.

Existia um terreno a oeste da cidade, do centro-histórico, onde hoje fica a Mala-gueira. Era um terreno em desnível que a câmara decidiu, pensando no futuro, expropriar.

A câmara na altura tinha consciência de que tinha uma grande responsabilidade. Sentia-se a responsabilidade de tratar uma cidade como Évora, dada a sua importância a nível nacional. Évora era a maior cidade do sul de Portugal. Por um lado, era aqui que se

sediavam os grandes proprietários e os políticos do fascismo. Por outro, era uma cidade de grande relevância histórica.

Esta conjuntura determinava que, se a câmara quisesse resolver os problemas, havia que definir uma zona a urbanizar, comprar e construir, mas sempre tendo em conta as determinantes anteriores. O nosso objectivo era servir-nos daquilo que havia e tentar fazer o melhor possível.

Para além de resolver os problemas concretos das populações, tínhamos o proble-ma do arquitecto, que tem o direito de ter a sua imaginação. Então procurámos acertar as duas questões.

Tínhamos um vereador na câmara, o arquitecto Jorge Silva, que nos ajudou na discussão com todos os partidos, a trazer para cima da mesa hipóteses de arquitectos. E ele centrou-se num, que era o arquitecto Álvaro Siza.

JGS — Então a escolha do arquitecto Álvaro Siza foi sugestão do arquitecto Jorge Silva. Mas houve contestação ou foi unânime?

AF — Houve contestação. Nesse tempo como não havia tempo para reuniões. As reuniões persistiam pela noite dentro até quase de madrugada, porque havia argumentos que nunca mais acabavam. Então qual é que era a contestação? Nós tínhamos 3 representantes da APU (actual CDU), 3 do PS e 1 do PSD.

JGS — Portanto, não tinham maioria absoluta.

AF — Não tínhamos maioria absoluta, e esta contingência implicava que, de facto tínhamos de convencer a oposição a aceitar a proposta. E porque é que não aceitavam? Porque argumentavam que num momento como este da vida democrática, não era correcto escolhermos um arquitecto que podia ser amigo ou conhecido e, por isso, deveríamos fazer um concurso público. E o Jorge Silva perguntava: “Podemos fazer isso, mas quantas centenas

de arquitectos vão concorrer?” Depois de muita discussão, a oposição acabou por aceitar por unanimidade — depois de estudar o seu currículo — o arquitecto Álvaro Siza.

JGS — Uma vez que as eleições tiveram lugar em finais de 1976, e a tomada de posse no início de 1977, podemos concluir que foi um processo muito rápido, uma vez que a primeira visita de Álvaro Siza a Évora foi logo em Março de 1977.

AF — Antigamente o tempo corria mais depressa. Acertámos tudo e convidámos o arquitecto Álvaro Siza. O arquitecto Jorge Silva tinha dúvidas de que o arquitecto aceitasse fazer o projecto, mas este aceitou imediatamente. Nesta altura a Câmara Municipal do Porto não tinha obras a decorrer. De resto, quase não havia obras no país. Talvez por isso, acabou por aceitar, fazendo as suas exigências, que não passaram do que cobraria qualquer arqui-tecto, e fazer uma viagem aérea para conhecer bem o sítio. Nós, pelo nosso lado, apenas tínhamos uma condição, que não se fizesse nada sem ouvir a população — algo que foi característico da nossa gestão.

JGS — Apesar do projecto ser realizado depois da extinção do SAAL, acabou por ser realizado de um modo semelhante às obras que integraram este programa, com a participação da população.

AF —Álvaro Siza tinha participado no SAAL, portanto já tinha essa experiência. Essa experiência correspondia, de resto, à forma dele pensar. Essa questão foi preciosa e permitiu um diálogo mais apertado com os associados. As pessoas aderiram facilmente.

Dessa discussão fiquei sempre com um pormenor presente, que acabou por não ser acordado entre o arquitecto Álvaro Siza e os moradores: o muro da frente das casas. Para o arquitecto, deveria ser alto; para a população, deveria ser baixo. Mais tarde o arquitecto acabou por tomar a decisão de que quem queria alto, construía alto, e quem queria baixo, construía baixo. E foi assim que Álvaro Siza arrancou com o projecto de 1200 fogos.

JGS — Visto que o projecto foi desenvolvido já fora do âmbito do programa SAAL, como foi feito o seu financiamento?

AF — Como se tratava de uma construção social, e o estado tinha programas de apoio social, as infra-estruturas ficaram a cargo do governo. A construção das casas, por sua vez, ficou a cargo das cooperativas de habitação, privados e câmara — três proprietários, cada um com a sua parte.

Houve uma questão difícil. O estado não aprovou inicialmente o projecto de in-fra-estruturas aéreas. Considerava-se que a proposta era demasiado cara e que, por isso, não era viável. Esse assunto deu muita discussão. Acabámos por, fazendo as contas, chegar à conclusão que a diferença não era assim tão grande – tratava-se apenas de uma pequena diferença, não substancial. Perante este quadro, acabámos por convencer o estado de que se tratava de um projecto que, no futuro, seria muito económico do ponto de vista da conserva-ção e da manutenção.

Daquilo que me apercebi, havia dois elementos muito fortes. Um deles era o aqueduto, que entrava na cidade, e o outro era o elemento de actividade comercial no centro, as arcadas da praça. Álvaro Siza conjugou ambos naquele produto, onde corriam todas as infra-estruturas — excepto os esgotos —, e essa conduta aérea, encostada às casas, configurava um coberto para a passagem dos peões junto ao comércio.

JGS — Foi essa negociação com o estado que atrasou o início da obra?
AF — Sim foi essa negociação que atrasou. Já não sei precisar a data em que foi concluída. Depois disso acabou mesmo por arrancar a construção.

JGS — Do início, em 1977, à conclusão da construção das casas, em 1997, passaram-se cerca de 20 anos. Como é que foi o seu relacionamento com o arqui-

tecto Álvaro Siza durante todos estes anos?

AF — Foi fluida. Durante muito tempo, o arquitecto vinha de 15 em 15 dias, pelo que o processo foi muito acompanhado. A partir de certa altura, achou que deveria de ter outro arquitecto no terreno e ele próprio acabou por escolher o arquitecto Nuno Ribeiro Lopes, que passou residir em Évora. Isto permitiu a Álvaro Siza vir mais espaçadamente, sem prejudicar o desenvolvimento do projecto, porque havia sempre um interlocutor permanentemente em contacto.

Também tivemos a felicidade de Nuno Lopes ter tido facilidade em adaptar-se e relacionar-se com todas as pessoas — o que foi muito positivo, até porque ele se deparava com toda uma série imprevistos e responsabilidades. Isto aconteceu assim talvez durante 10 anos, até já estar tudo lançado. A seguir, começaram as dificuldades financeiras da câmara e do país, e os vencimentos começaram a ser mais difíceis nas cooperativas. O ritmo começou a ficar mais lento e Álvaro Siza vinha ainda mais espaçadamente. O projecto já não exigia tanto a sua presença. Em 2001, perdemos a câmara, e o projecto interrompeu-se, porque havia um entendimento de que o arquitecto Siza Vieira estava ligado ao PCP. Tratou-se de um subentendimento, dadas as suas relações, a sua postura. Quem o combatia continuamente era a segunda força maioritária, o Partido Socialista — não sei se para se demarcar, como nova força partidária. Criou uma cooperativa do partido — embora as cooperativas não pudessem ser partidárias porque é uma organização unitária — a Habitévora, para combater uma cooperativa que era por eles apelidada de comunista. Nós sempre quisemos que houvesse critérios objectivos. Essa cooperativa acabou por ter um projecto próprio, a poente da Malagueira, e que tem sede nesse mesmo núcleo.

JGS — Nunca houve interesse privado ou outra forma de financiamento

para construir os edifícios que ficaram por edificar?

AF — Havia vários equipamentos. O mais importante de todos, em termos de projecção no bairro, era a Semicúpula — o centro, digamos, da Malagueira. A câmara deveria, assim que a obra arrancasse, procurar financiamento em fundos comunitários, mas isso nunca chegou a acontecer. Havia também a Casa de Chá, um equipamento que, embora privado, teria a sua importância, e que poderia ser alvo de um concurso. A construção das sedes das cooperativas, competiam a cada cooperativa.

JGS — Havia ainda o projecto de um aparthotel junto ao «Casão» — submercado — e aos Moinhos da Malagueira, assim como o projecto de uma escola de Línguas, de uma clínica, e de um complexo paroquial.

AF — Sim, esse também seria importante. Lembro-me de que tinha uma grande dimensão, era outra marca do projecto. Esse projecto foi concedido à Igreja Católica. O sítio que lhe estava destinado encontrava-se junto ao circuito de manutenção. Acho que faria muita falta. As pessoas têm necessidade de ter uma igreja junto delas, principalmente neste âmbito social.

Acho que tudo isto ajudaria a que a Malagueira tivesse a sua identidade global. Dada a sua grande dimensão, de 1200 fogos e 4000 habitantes, estes equipamentos estariam perfeitamente ajustados. Não é como quando uma povoação quer o seu campo de futebol; aqui não seria nenhum exagero.

7.2 ENTREVISTA A NUNO RIBEIRO LOPES

ARQUITECTO

[27 de Agosto de 2015]

JOÃO GALHARDO SANTOS — Qual foi o seu papel no projecto do Bairro da Malagueira?

NUNO RIBEIRO LOPES — Eu trabalhava com Álvaro Siza desde 1973, e o plano começou em 1977. Participei no projecto das primeiras casas do plano no escritório de Álvaro Siza, e vim a Évora com o Siza várias vezes, nomeadamente para as reuniões com as cooperativas, para a discussão dos primeiros projectos, para reuniões sobre as infra-estruturas aéreas com os diferentes concessionários e, portanto, conheço o projecto desde a sua origem, desde o seu primeiro esboço, um antepiano, um desenho a lápis de cor.

A estratégia que foi assente consistia em fazer um plano que fosse dinâmico porque havia questões essenciais que foram pedidas pela autarquia ao Siza. Havia que propor uma contrapartida ao loteamento clandestino que já existia prolongando a qualidade do centro histórico para o exterior. Este lugar deveria funcionar como um pólo gerador, não de combate ao centro histórico, mas como prolongamento do centro histórico. E, ao mesmo tempo, deveria ser gerador de um crescimento à volta da cidade à imagem do centro histórico, mesmo não o sendo. Era uma ideia que depois poderia ser expandida para outros planos.

Esse processo acabou por ser violentamente atacado dentro da própria autarquia, e foi torpedeado na sua essência quando foi limitado na sua ultima fase, quando foi classificado como património municipal. Toda a obra pretende ser anóni-ma e não de autor, e ao ser galardoada com esta classificação, como obra de autor, imediatamente se diz que é impossível de repetir.

JGS — Isso aconteceu já no mandato do PS?

NRL — Não, isto foi antes, no tempo do PCP. Éramos acusados de ter mais

dinheiro para a Malagueira, que éramos privilegiados em relação a outras áreas da cidade e, portanto, havia uma grande tensão. Era um projecto técnico com gran-de capacidade de realização, com capacidade de ligação às próprias populações. Quem olhava a cidade na globalidade, dentro dos gabinetes técnicos, não gostava que a Malagueira estivesse fora dessa globalidade. Essa guerra persistiu até que a Malagueira perdeu o efeito dinâmico em relação ao resto da cidade — apesar de manter a sua integridade.

Eu vim para Évora em 1979, porque iriam começar a ser construídas as primeiras 100 casas – ou, melhor dito, as primeiras 100 fundações. Na altura, o pro-jecto inicial pertencia à Cooperativa Boa Vontade — embora o projecto tivesse sido oferecido por Álvaro Siza à câmara — e o GAT iria tratar da assistência técnica. A partir desse projecto, a assistência técnica seria feita pela cooperativa, pelo que, des-te modo, teriam o exemplo da construção já realizada. Ao ser a associação de mo-radores a primeira entidade a financiar para as duas casas modelo, subverteu-se um pouco essa lógica. E isso fez com que ao mesmo tempo se fizesse um contracto com Álvaro Siza só para a assistência técnica. Havia uma assistência técnica garantida pelo GAT e outra pelo Siza. Acabei por, ao fim de 3 meses, integrar o próprio GAT, e por estar cá quase em permanência. Era uma oportunidade de poupar nos custos de assistência e do próprio GAT aproveitar a minha presença para outros projectos.

JGS — O projecto assenta numa imposição do plano de expansão oeste que era um plano de zonamento.

NRL — Sim, feito em Lisboa pela Direcção Geral de Planeamento Urba-nístico. Foi com base nesse plano que foi feita a expropriação sistemática, ainda com Nuno Portas como Secretário de Estado. As pessoas não gostaram, reagiram

às casas da Cruz da Picada, porque ninguém ali queria viver como em Lisboa, em andares – em gavetas –, quando havia tanto terreno. Foi por isso que o convite que foi feito a Álvaro Siza incluía também a reformulação do plano que havia para área da Malagueira que, era uma zona comprometida, não estava construída e estava incluída no Plano de Expansão Oeste.

Álvaro Siza sempre disse que «a complexidade em arquitectura não se in-venta». Tinha que se fazer um desenho simples e, depois, ao fim de 50 anos, haveria cidade – quando houvesse equipamentos, quando deixasse de haver a matriz inicial e cada casa acabasse por ser diferente, por apropriação, como acontece no centro de Évora. Na Mouraria, por exemplo, há casas que partem de projectos tipo, e há umas que cresceram e outras não. A Malagueira tem uma capacidade de resistênci-a à má intervenção, à semelhança do centro histórico.

JGS — Pode-se então dizer que a Malagueira adoptou o «ADN» do cen-tro histórico?

NRL — Sim, adoptou nessa resistência e essa força. Mantêm ambos a sua estrutura, o seu desenho inicial, apesar de haver poucas casas que mantenham a matriz inicial. Umas mantêm, outras mantêm evoluindo, outras já não mantêm, fo-ram completamente alteradas. Algumas delas interessantes, outras que não são tão interessantes. A não guetização era muito importante, pelo que Álvaro Siza sentiu a necessidade de se agarrar ao bairro mais autêntico, aquele que nasceu espontanea-mente – o bairro de Santa Maria. A Malagueira ficou sempre com o núcleo central muito bem definido, com uma estrutura muito forte. A habitação era o corpo princi-pal – isso foi, aliás, o que ele defendeu e, por isso, o que avançou.

Os financiamentos acabaram por definir o crescimento e a realidade da

Malagueira: nada correu como estava programado. Estava a Malagueira em cons-trução, e estavam as 100 casas do projecto inicial completamente acabadas, e fal-tavam ainda as infra-estruturas e as garagens. Ainda hoje está muito longe de estar acabada. Faltam muitos equipamentos. É a mesma coisa que Évora não ter igrejas e edifícios públicos de referência. Por isso sobram as casas e ficam uns vazios imensos. No centro de Évora isso também seria um pouco incompreensível.

A Malagueira no final não conseguiu ser cidade; continua a ser um bairro periférico. Faltam os equipamentos que lhe dariam dimensão urbana. O problema maior, é o problema da excessiva centralidade de algumas zonas do centro históric-o. Eu geri o centro histórico durante 6 anos e conheço bem essas questões. Esse proble-ma de Évora não se resolveu e creio que não se resolverá.

Enquanto não se assumir outra forma de pensar não se resolverá essa dicotomia entre o centro histórico e o exterior ou entre algumas zonas do centro histó-rico e algumas zonas da periferia do centro histórico. A leitura que os equipamentos permitiriam seria fundamental para duas coisas: para compreensão da ideia do plano em termos globais, e para que passasse a ser mais que um bairro periférico, igual a qualquer outro dormitório.

Eu estive ligado à Malagueira até 1996, acompanhando as diferentes fa-ses. Quando saio dos moinhos em 1988, creio eu, praticamente já não havia obras, ou havia muito poucas. Não valia a pena estar a 100%. E transito para a câmara, porque, entretanto, tinham-me feito o convite para gerir a Malagueira e o gabinete de projectos da câmara, entre outros – antes do centro histórico –, que aceitei.

A Malagueira já me ocupava e havia interesse da câmara em aproveitar a minha experiência, nomeadamente para acabar com alguns bairros clandestinos

e negociar terrenos para outras coisas. Passei por diferentes assuntos, alguns deles que tinham pouco a ver com a arquitectura. Até tratei de relações com ciganos.

JGS — Quase como assistente social?

NRL — Sim. Eu já tinha feito esse trabalho no SAAL, com ciganos e pescadores, e, no após 25 de Abril, o arquitecto, pelo menos da escola do Porto, era, naquela altura, formado para interagir muito com o sitio, com o dono da obra, com a população, com o programa e com o projecto geral. Não há projectos que se repitam, são projectos todos diferentes porque o sitio muda, a população muda.

JGS — Então o projecto serviu para acabar com guetos e obras ilegais?

NRL — Não. A administração pública, neste caso o poder central, instituiu o gueto voluntariamente. Na altura, por meio de um governador civil — que era um dos maiores opositores ao projecto —, retirou à câmara habitações, e meteu à frente pessoas sem dinheiro e com muitos filhos e, portanto, os ciganos tomaram conhecimento disso e vieram em massa.

Foi todo um processo democrático, não foi um processo absolutamente manipulado. Mas foi democrático sobretudo na sua aparência, mas absolutamente manipulado. Houve várias manipulações deste tipo e o que vemos hoje em dia é o resultado desta manipulação, o que vemos hoje é uma parte daquilo que foi possível realizar dentro de um contexto. Se hoje se começasse este processo do início, se colhar nem era possível concretizar um projecto deste tipo.

Entre o projecto desenhado e o construído, fizeram-se muitos desenhos — alguns com pequenas alterações — talvez 100 desenhos. Os 100 desenhos retratam esta capacidade de adaptação, de manter o projecto à tona e em actualidade. Isto significa que os equipamentos e até as próprias habitações cresceram e diminuíram.

Encontraram uma pedra, uma árvore. Retirou-se uma casa e a seguir propusemos as casas noutro lado. Depois acabámos os comércioos, mas também não havia dinheiro para fazer comércioos e os equipamentos. O que é importante é que o desenho urbano sempre aguentou. Nunca foi um desenho de autor como o que «não sai daqui porque se não se fizer não se faz». Nunca foi por razões dessas que não se fizeram equipamentos. Pelo contrário: nós tivemos sempre uma grande capacidade de encaixe. Muitas vezes desenhava em esquissoos, propunha ao arquitecto Siza. Nalguns casos, ficava assim e depois, com o desenvolvimento, ia-se afinando. Noutros casos, não, era ele que desenhava ou corrigia. Esse era um trabalho de equipa de que fiz parte, em permanência, até 1996.

JGS — Isso nota-se também em relação aos equipamentos que não chegaram a ser feitos, em particular quando surge a encomenda de uma escola de línguas e que depois deixa de existir, e é substituída por uma clínica que é exactamente no mesmo sítio com um volume praticamente igual.

NRL — Sim. Mas que de alguma maneira incorpora alterações. Ainda assim, havia uma ideia, e que quando o projecto muda para uma clínica não é muito diferente, porque, há a rocha, há a passagem, e é preciso passar por baixo. Não é porque o Siza estivesse agarrado à forma, é porque a forma decorre de uma integração no terreno. Como é que se olha? Como é que se vê? Não é o edifício que é importante, é o conjunto.

JGS — Essencialmente, é uma adaptação a um novo programa?

NRL — Sim, depois se tem mais varandas, se tem mais um piso ou um braço... Isso é um problema que se resolve. Se tem vãos mais fechados ou mais abertos, isso resolve-se. As casas eram dele, formalmente rígidas, os equipamentos e

comércioos, eram muito mais expressionistas, com a forma curva, mais flexíveis, com janelas maiores ou menores.

Nos primeiros desenhos, os quarteirões são coisas muito soltas, portanto muito mais orgânicas ou expressionistas. A partir do momento em que há um muro baixo a ganhar alguma importância — que os moradores quiseram e nos fizemos um inquérito e foi admitido os muros baixos, os muros médios e os muros altos e nós respeitámos, acreditando que as pessoas mais tarde iriam subir o muro. Essas questões não são questões compreensivas e, nessa medida o arquitecto Siza acabou por aceitar, embora tenho havido uma chantagem do FFH na altura, que só fazia se o Siza aceitasse os muros baixos. Mas na medida que os muros baixos vingaram e hoje já há muito poucos, os muros começaram a ser muito mais rígidos para agarrar o quarteirão, aquilo que era solto passou a ser rígido e, portanto, o desenho ia evoluindo à medida que se vai construindo.

Quando estávamos a fazer as últimas casas, já havia algumas demolições e reabilitações ou restauros. Foi um campo de experiências em que cada projecto e cada fase da obra — porque mudam os parâmetros e preço por metro quadrado — obrigava a um projecto novo. O preço baixava ou subia, as pessoas reagiam ou não reagiam, as críticas eram ou não feitas, e tudo isso fazia com que o projecto a seguir fosse reformulado e fossemos redesenhando, mas mantendo a matriz.

Tivemos reuniões duríssimas com a população, de horas e horas a discutir uma coisinha, com imensas plateias. Mas ao mesmo tempo isso constituiu um processo de crescimento — quer do projectista quer do utente. Houve uma aproximação, uma compreensão, uma percepção, um meio tempo e as pessoas perceberam melhor o projecto.

Na altura os ciganos foram para o sitio onde havia espaço, para as casas do FFH, T4 e T5. Havia que misturar o mais possível as diferentes áreas, porque as cooperativas por exemplo iam ficar aqui, o FFH no meio.

JGS — Aqui nesta zona metade das casas não foram feitas.

NRL — Mas isso são as casas da venda dos votos da câmara.

JGS — As cooperativas passaram basicamente a empresas privadas. Foi a partir daí que, este lote que está aqui do eixo Norte-Sul e esta zona aqui dá.

NRL — Este é contemporâneo disto. Este é já um projecto que se faz com casas de outro tipo, casas já em T4, mais caras, com duas frentes, com uma vista privilegiada. Comprova-se a necessidade que sempre tivemos de intercalar, como numa cidade, diferentes níveis sociais. Gente pobre, gente rica, a cidade funciona 24h. Não pode ser partida aos bocados: quer ao nível social quer ao nível funcional, porque os comércioos estão associados. Têm um conceito completamente diferente.

O espaço público deixava de ser as traseiras sobre o terreno sobrante. O espaço verde não era o terreno sobrante, era construção, era o centro, e conseguiu-se fazer passar isso, depois de muitas questões minhas com a câmara.

Fui protagonista de muitas destas guerras, algumas das quais nem o Siza conhece. Havia a ideia de passar uma variante aqui por cima; era uma forma de anular isso tudo e ainda dramatizar mais. Nessa altura já estava na câmara, no gabinete de projectos, e, portanto, consegui aguentar muitos desses projectos. Mas a Malagueira sofreu pressões enormes para ser demolida nos conceitos, nas virtudes e nos defeitos e isso começou a gerar uma oposição. Começou pelos arquitectos em Lisboa; a Ordem dos Arquitectos fez uma guerra ao Siza e à Malagueira brutal. Os pequenos empreiteiros e os desenhadores, por sua vez, não percebiam este modelo

e não podiam competir com ele, portanto tentaram sempre defender que este modelo era um roubo e que não tinha nada a ver com a casa alentejana. Depois foram os poderes públicos a opor-se, nomeadamente do governo nacional e as suas delegações, e por fim acabou por surgir a oposição dentro da própria câmara. O presidente apoiava-nos, mas não tínhamos o apoio técnico da própria câmara.

JGS — Colocavam entraves?

NRL — Não colocavam só entraves, eram muito objectivos, muito claros.

Isto foi o que foi possível construir neste processo todo. Mas foi um processo que, ao fim de algum tempo, nos cansou a todos. Estive desde 1979 a 1996 ligado a este projecto – foram 17 anos – e a certo momento fiquei saturado da Malagueira.

O próprio Siza tem esse cansaço.

JGS — É um projecto que nunca chegou a ser acabado!

NRL — É um projecto que ele gostaria de acabar e eu também, mas com esta câmara, não sei.

JGS — Ainda acredita nessa possibilidade?

NRL — Sim, acredito que ainda seja possível. Acredito sim, acredito que é sempre possível transformar o projecto em realidade e nós não temos que nos contentar com a realidade vigente; pelo contrário, temos de trabalhar sabendo que esperamos o pior, para conseguir depois a vitória. Mas sempre com o objectivo do máximo.

JGS — Com fundos comunitários, uma vez que a última tranche não chegou a ser utilizada na sua totalidade, tendo sido devolvida uma parte. Poderia ter-se concorrido para esses fundos.

NRL — As verbas já estavam congeladas, havia *overbooking* e, portanto,

isso é um problema também de coisas que foram feitas pelas unidades, que definiam para onde é que vão os fundos e as candidaturas. Agora o programa está fechado, acabou-se.

JGS — Mas agora temos um novo.

NRL — Um novo que é muito pouco para esta área. Tem áreas de residência urbana, sendo que a CME escolheu a Malagueira como áreas de regeneração urbana para POPH, na área da reinserção social.

A ideia do Siza é uma intervenção, mas a intervenção não começa aqui, começa aqui. Quando se fala dos fluxos de trânsito e dessas coisas, começa-se por pormenorizar ruas, transformar a rua em pedonal, e desejar que as pessoas venham a pé e que seja agradável, e não um deserto, se não toda a gente vem de carro.

É uma estratégia que a cidade não pode ter apenas na Malagueira, tem de ser generalizada.

A lógica que eu tenho defendido sempre que estive como gestor, e que continuo a defender, é que é o centro que tem de descer até a periferia e, portanto, as medidas têm de ser adoptadas por dinamização. E nós estabelecemos valores reais sempre até ao limite das portas.

Se nós tentarmos sempre pormenorizar espaços comerciais e fizermos isso dentro do centro histórico na lógica que aproxima a cidade dos bairros e levar o centro até aos bairros e, por exemplo aqui a Rua Serpa Pinto, claramente esta azinhaga era uma rua pedonal e que se podia fazer esplanadas cá fora. No fundo é que estivesse aberto até não sei quantas horas e que devia ter o mesmo que o centro histórico. Portanto, há estes eixos que a cidade tem no centro histórico e que irradiam da Praça do Giraldo, da zona central que a sua continuidade para fora da muralha

tem que ser feita com o mesmo tratamento, não pode acabar e mudar o material, mudar a lógica e mudar essas coisas. Tal pode mudar na medida em que pode ser mais liberal na dimensão.

Passado quarenta anos ainda estamos a discutir as mesmas coisas que se discutiam em 1974-1975 na Ribeira do Porto, entre o Siza e o Távora.

JGS — Em relação à rua comercial, eu concordo completamente, acho que a Malagueira deveria dar continuidade à Rua Serpa Pinto, desde a Praça do Giraldo, por aí abaixo. Mas os espaços comerciais da Malagueira estão abandonados.

NRL — O centro comercial é um problema, um erro de escala que o Siza cometeu. Não existe comércio para a quantidade de espaços comerciais que há aí.

É a mesma coisa que se colocarmos um centro comercial aí; fechariam as lojas do centro histórico. É uma grande quantidade de lojas — cento e cinquenta —, que não têm capacidade de sobreviver. Quando comecei a gerir o centro histórico percebi essa questão, e isso hoje não se faria. Mas é claro que quando se fez aqui a praça, quando se fez a praça do liceu, quando se começou a desenhar estas coisas foi exactamente para começar este percurso.

JGS — Voltando atrás, em relação ao seu trabalho e à sua relação com o arquitecto Siza, estando cá permanentemente, o Siza vinha de 15 em 15 dias, e por isso pergunto-lhe: tinha alguma liberdade para resolver problemas autonomamente?

NRL — Toda.

JGS — Podia fazer pelo seu próprio cunho?

NRL — Sim, tudo. Sempre coordenado com ele.

JGS — Há um edifício que faz parte do plano da sua autoria, mas que não chegou a ser feito, que é a Sede da Orquestra dos Acordeões. Isso nunca mais

foi para a frente?

NRL — Não, aquilo nunca foi para a frente.

JGS — Até quando é que esteve a trabalhar nos moinhos da Malagueira?

NRL — Os moinhos funcionaram como parte da câmara até 1996. Eu fui lá para cima, e ia fazendo durante uns tempos, a partir de 88, mas até 96 estive sempre gente coordenada comigo. Depois cortei completamente, não tinha capacidade.

JGS — A partir de 87 e salvo erro até 91 o arquitecto paisagista João Gomes da Silva também colaborara com o GAT?

NRL — Sim, éramos os três. O projecto dele é um projecto de exteriores, relacionado com o dique. Tem a ver com este jardim aqui, tem a ver com toda esta zona central.

JGS — O contributo de João Gomes da Silva vem alterar a forma como se tinha pensado esse espaço?

NRL — Não. Ele tinha as ideias dele, mas acabou por se enquadrar perfeitamente naquilo que é a estratégia global do Siza para os espaços exteriores.

Algumas coisas mudaram, outras ficaram e, portanto, o desenho já não é o desenho dele. O desenho não tem nada a ver com a proposta que ele fez em tempo. No fundo a ideia dele – e essa é que é interessante, e que vem potenciar, e que vem defender – é a de que se o terreno é húmido, se o terreno é seco então vamos demonstrar com vegetação que ele é seco e é pedregoso. Portanto, digamos que ele vem reafirmar a vocação do terreno, e não imprimir um desenho artificial. Os caminhos de pé posto são obrigatórios, as preexistências são obrigatórias.

O Siza vinha, fazia, discutíamos as coisas em conjunto, mas muito trabalho

de preparação para o Siza.

Os paisagistas têm um problema, não podem ver um vazio, querem sempre largar lá um objecto qualquer. O horror ao vazio é uma questão essencial, que na Malagueira está muito bem resumido, no sentido em que é uma matriz, e a matriz é que tem de estar bem resolvida. O desenho que depois resulta da matriz depende da pessoa, da apropriação e dos seus gostos, e, portanto, o espaço publico também é um pouco isso. Tem que lá estar a base e não o projecto acabado, e nós temos sempre a tendência de ver primeiro o produto acabado.

É um exercício que ele fez, como eu fiz, como o Siza fez, como nós fizemos e infelizmente poucos tiraram proveito desse exercício. Penso que todos nós crescemos: o João Gomes da Silva terá crescido e o Siza também terá crescido.

JGS — Tenho algumas dúvidas em relação a alguns edifícios ou em relação a algumas evoluções desses programas, como por exemplo o cinema ao ar livre.

NRL — Sim, desaparece porque a partir do momento em que há uma população marginal, já ninguém vai para lá porque têm medo. A igreja era uma oportunidade, porque estava no meio de um bairro pré-fabricado. Portanto há uma outra centralidade que a própria igreja garante, e que não é propriamente a igreja em si: é a acção social que a Igreja faz. E a acção com a comunidade poderia abrandar essa tensão na comunidade.

JGS — E em relação à Sede da Cooperativa Boa Vontade?

NRL — O projecto foi feito, está concluído, tem projecto de execução, mas a responsabilidade é da própria Cooperativa Boa Vontade, porque nunca quis —sempre justificou que não tinha dinheiro, e até hoje nunca foi feita.

JGS — Nesse projecto já não aparece este volume em “U”, só aparece

aqui este volume mais comprido e os restantes, incluindo o da piscina.

NRL — Porque o “U” era uma parte de creche que eles queriam fazer, acabou por ser primeiro para aí.

JGS — Para aí? No sítio onde era a escola de línguas?

NRL — Sim, era uma creche associada à cooperativa. A cooperativa entretanto abandonou o projecto da creche, uma vez que havia já creches da rede social. Mas esse espaço da cooperativa passou a ficar disponível para outro fim. Porque nos parecia importante que esta rua tivesse acesso, porque isto é um gueto que tem falta de continuidade. É uma zona marginal, de drogas, portanto, era preciso que isto passasse a ter um fluxo urbano normal, que fosse ventilado, ao ter esta ligação.

JGS — Esses edifícios eram praticamente todos desenhados em Évora?

NRL — Sim, na altura estava a mulher do Eduardo (Souto de Moura), que é sobrinha do Siza, a trabalhar lá e fez alguns projectos em contacto connosco. Houve um que foi feito lá primeiro à escala 1/100; depois os outros já se iam desenvolvendo aqui e as outras escalas foram feitas cá, por mim. Uma parte destas curvas aqui foi feita por mim também, com desenho base primeiro nosso. Depois o Siza desenvolveu-o lá, porque nós também às tantas não tínhamos capacidade para fazer. Quando apareciam várias coisas ao mesmo tempo e havia gente no escritório do Siza — neste caso era a Luísa Penha, depois foi o Miguel Nery, enfim houve várias pessoas — havia sempre um ponto de apoio lá. Muitas vezes podia falar com a pessoa que lá no escritório estava a par, porque era difícil apanhar o Siza em determinados momentos (ou estava para o estrangeiro ou em obra).

A vida do Siza também se complicou à medida que foi tendo projectos no

exterior. Nós acabávamos por ter mais autonomia que os outros. Havia muita coisa que ele acabava por saber quando as coisas já estavam praticamente arrumadas. Dava um toquezinho ou outro, acertava. Houve projectos em que a participação dele foi muito pequena. São projectos dele na mesma, como é óbvio, mas foram projectos desenvolvidos por nós, cá ou lá, em que ele dava apenas um toque final.

JGS — Acha que dos edifícios e equipamentos que nunca chegaram a ser realizados, haveria algum que hoje já não se devesse fazer e haveria outro mais fundamental?

NRL — Não. Eu diria que a cúpula é fundamental, diria que a igreja parecia interessante — porque, além do mais, dava realidade à Malagueira e dava outra centralidade dentro da própria Malagueira. Esses dois eram fundamentais. A questão do remate (como cooperativa ou outra coisa) parece-me fundamental. Há falta de equipamentos e de edifícios públicos precisos, e não equipamentos para ter o serviço.

Só interessa um serviço que seja de ligação forte à sociedade. Acho que isto é fundamental. Acredito que se estes estiverem vão surgir muitos outros. O restaurante, por exemplo, era objecto para se fazer numa segunda fase, ao passo que a igreja fazia parte desta estrutura social.

7.3 ENTREVISTA A JOÃO GOMES DA SILVA

ARQUITECTO PAISAGISTA

[10 de Julho de 2015]

João Galhardo Santos — Que papel teve no projecto do bairro da Malagueira?

João Gomes da Silva — Enquanto arquitecto paisagista, o meu objectivo inicial foi fazer um plano, no âmbito do plano de pormenor, um plano relativo aos espaços abertos, espaços exteriores. Numa segunda fase, desenvolver todos os projectos de execução necessários para a concretização desse plano. Numa terceira fase, seguir as obras. Tem a ver com planeamento, projecto e obra. São espaços públicos. Iniciei o serviço da Câmara Municipal de Évora e do Gabinete da Malagueira.

JGS — O seu trabalho final de Licenciatura teve também como base esse trabalho?

JGdS — O meu trabalho de fim de curso teve como base a experiência da do gabinete da Malagueira e debruçou-se sobre duas coisas: primeiro, sobre esse plano pormenor da Malagueira, ao criar um plano de espaços abertos, espaços exteriores, e segundo, o desenho de um projecto principal de execução, procurando demonstrar através de um exemplo, os pressupostos que estavam no enunciado do plano. Portanto, houve um plano e houve um projecto, e o meu trabalho de fim de curso foi reflectir sobre ambas as coisas.

JGS — Como é que começa a colaboração do arquitecto neste projecto?

JGdS — Eu colaborei no chamado gabinete da Malagueira com o arquitecto Nuno Ribeiro Lopes, o arquitecto residente, e após uma apresentação que ele fez do plano na Universidade. Eu estava a terminar o curso e fui falar com ele, e disse que estava interessado em fazer o trabalho de fim de curso sobre esse tema. Terminando as aulas, tive duas ou três conversas com o Nuno Ribeiro Lopes e com o arquitecto Álvaro Siza, e o gabinete propôs à câmara a aceitação da minha contra-

tação enquanto estagiário, durante cerca de um ano. Ou seja, eu não entrei na câmara, comecei a colaborar gratuitamente enquanto arquitecto paisagista estagiário, no gabinete da Malagueira.

Terminado esse período de estágio e conclusão da tese, a câmara decidiu contratar-me exclusivamente para colaborar no gabinete da Malagueira. Eu colaborei com o Gabinete da Malagueira até 1991, salvo erro.

JGS — Por essa altura, quando começa a colaborar com o gabinete, o bairro já se encontra em obra, algumas casas já estão construídas, outras ainda estão por construir. Quando começa a fazer parte da equipa, já há projecto de algum desses edifícios que nunca chegaram a ser construídos, como a Semicúpula, que já estava projectada previamente?

JGdS — Havia um estudo. Não havia projecto. O projecto só foi feito uns anos mais tarde.

JGS — Sim, em 1998. Por essa altura havia o projecto do complexo paroquial de 1988. O Aparthotel é projectado entre 1983 e 1992, ou seja, apanha o desenvolvimento desse projecto, e o recinto paroquial é de Dezembro de 1988. O seu trabalho já previa estes novos edifícios? Já havia a delimitação dessas áreas?

JGdS — Alguns recordo-me. De outros não me recordo em detalhe. No processo de trabalho de actualização do registo daquilo que é o plano do bairro da Malagueira isso pode ser verificado. Estamos numa altura em que tudo é desenhado à mão, portanto, os registos são feitos a partir de desenhos ou feitos sobre cópias, sobre as quais são acrescentadas, raspadas, em películas que tinham uma impressão e era anular ou raspar essas representações e a história ou a descrição daquilo que é em termos de formação, não só na cidade enquanto realidade física como

também nas intenções projectuais consta de uma sequência de desenhos, que se desenham sobre si próprios, um processo semelhante àquilo que é um plano, há uma representação e depois há a anulação dessa representação porque se sobrepõe à outra representação. Eu diria que, por razões técnicas, metódicas, não são desenhos digitais. Aquilo que nos pode ajudar a compreender esta sequência, é a sequência de desenhos. E essa sequência de desenhos descrevem a sequência. Portanto, esses desenhos refeitos com alguma pormenoricidade, sempre que se justificava haver uma intenção de transformação do plano ou concretização do plano, era feito um novo registo, e esse registo era feito sobre cópias que eram manipuladas e alteradas. Há que investigar um bocado esse acervo, que não sei onde está.

Existiam dois ou três armários semelhantes a um que tenho ali. Um dos desenhos estava suspenso e era aí que esses registos, essas transformações, iam sendo registadas. Isso funciona um pouco como uma memória presente e constante daquilo que é a dinâmica da transformação. A transformação que se operava ou que se operou sucessivamente nesses anos, tem a ver substancialmente com promoções de núcleos de habitação.

A Malagueira foi concebida e desenvolvida a partir da ideia de parto. Enquanto relativamente ao espaço exterior, o plano no qual eu trabalhei e de que fui responsável, o que se fez foi definir em primeiro lugar um cadastro — portanto, todos os espaços não edificados, espaços exteriores —, e a partir desse cadastro que só tinha vinte ou trinta espaços registados, na medição das áreas de cada um deles, a determinação do seu carácter tipológico, morfológico e uma primeira execução. Isso gerou um documento que começava por enquadrar aquela área do bairro da Malagueira num contexto mais vasto. do significado do ponto de vista de

paisagem urbana, uma transição que a Malagueira tinha e tem, e, em segundo lugar, por estabelecer uma ideia, uma hipótese teórica sobre a hierarquização da estrutura de espaços abertos em dois níveis — um nível principal e um nível secundário. Um nível de um elemento, um espaço contínuo que seria aquilo que se chama hoje o parque da Malagueira. Mas fundamentalmente todo o espaço ao longo dos afluentes, e um outro registo, numa outra categoria, uma série de espaços fragmentados incluídos no espaço urbano e que fundamentalmente servem para criar articulações espaciais entre a Malagueira e espaços imediatos, sejam eles o bairro de Santa Maria, sejam eles zonas não urbanizadas, zonas de contacto com áreas não urbanizadas, ou não construídas.

Esse plano tem essa abordagem bastante cuidadosa e sistemática, esse desenho preocupa-se em definir o espacial, não desenhando, cada espaço para si, representando uma planta, mas sobretudo manipulando, classificando e escolhendo uma série de imagens que o arquitecto Siza, entretanto, tinha produzido, que eu a certa altura comecei também a produzir imagens relativamente a ideias sobre esses esquiços. Há um muito conhecido que representa a totalidade, com a cúpula e digamos que a partir daí, há uma certa declinação de pensamento, desde, enfim, colecções de esquiços bastante criativas e que informam e fazem parte desse plano.

Na prática a primeira coisa que acontece quando começo a trabalhar com o arquitecto Siza é, ele dizendo «bom, este exterior é um problema que me interessa muito que o problema, digamos considera, mas não equaciona ainda e, portanto, que tenho um conjunto de ideias sobre isso, mas são ideias que ainda não estão testadas, mas a sua maneira como as entenderá, interessa-me». Ele passou-me um conjunto de fotocópias de esboços que me serviram para fazer um trabalho de comparação daquilo que era o imaginário criado até

então relativamente aos espaços verdes e isso, serviu como matéria e com análises concretas, o pensamento projecta o caracter analítico pré-projectual que, é para nós fundamental en-quanto parte do processo.

A nossa escola em Évora, a arquitectura paisagista, sempre foi muito centrada, hoje é como em qualquer escola de arquitectura paisagista, mas naquela altura já era bastan-te centrada sobre a ideia de projecto e nesse sentido, toda a componente analítica preliminar em coisa que depois foi bastante posta em causa, que hoje parece surgir novamente sobre o ponto de vista lógico, toda a componente analítica sobretudo tratando-se de problemáticas de escala mais territorial é a base do processo de projecto e portanto digamos que essas ideias são ideias, imagens de espaços que foram fundamentais para articular uma série de análises e de estudos.

JGS — Já estava quase a responder à próxima pergunta, ou de certa forma até respondeu, ia perguntar como é que foi a sua relação com o arquitecto Álvaro Siza?

JGds — O arquitecto Siza, sempre teve um arquitecto residente, penso que con-tratado pela câmara, para dirigir aquilo que ele propôs, ser um gabinete do plano, no fundo corresponderia, na Câmara Municipal de Évora dirigido por alguém da sua confiança da sua proximidade, e o arquitecto Siza fazia uma visita normalmente aos fins de semana para acompanhar, trabalhar e desenvolver projectos e discutir esses problemas.

Esse gabinete gozava de uma grande autonomia era até conhecido por o princi-pado da Malagueira. Enfim, gerou ali também algum grau de anticorpos, mas que ao mesmo tempo, era estrutura de produção tipicamente de atelier. Era um atelier com organização de atelier, com meios bastantes escassos, com uma focalização muito grande naquilo que era o objectivo, que era concretizar o desenvolvimento do plano pormenor e ir desenvolvendo. Quando digo que os meios eram muito escassos é porque, lá existiam o arquitecto Nuno

Ribeiro Lopes e eu, e depois existia o apoio da parte de engenharia que era dado pelo GAT, portanto que servia todas as câmaras municipais do distrito e que assegurava todos os pro-jectos de infra-estruturas públicas, os projectos, digamos de instalações de cada edificio ou conjunto de edificios eram parte do contracto com o arquitecto Siza, eram feitos pelo GOP, gabinete de obras públicas do Porto, do engenheiro Sobreira, — que entretanto faleceu —, eram projectos que eram produzidos fora no entanto todos os projectos sobretudo de urbani-zação, os trabalhos chamados de obras de urbanização, constituição daquilo que é o espaço público e de infra-estrutura correspondente, nomeadamente penso eu as condutas, sistema de infra-estrutura.

Porém, havia também esta força que era a do gabinete, que a partir do Porto, do arquitecto Siza, que tinha uma visita muito regular e de uma pessoa que saiu do seu escritório que era o arquitecto Nuno Ribeiro Lopes, houve, salvo erro, houve dois períodos muito curtos de presença de outros colegas, não sei se o Eduardo Souto Moura terá vindo um par de se-manas ou não, mas houve outras duas pessoas que estiveram lá.

Portanto, a minha relação passava parte com uma certa independência disciplinar ou seja aquilo que o arquitecto Siza me dizia, foi uma questão que ficou muito clara, «isto é o que eu penso, assumo que isso está mal, você terá a sua visão que me interessa e, portanto, gostava que reflectisse sobre isso e que me dissesse, o que é pensa sobre o assunto», e o que eu fiz foi de facto ler e tentar interpretar com a ajuda do Nuno Lopes. Tivemos vários períodos de estudo e em seguida comecei a fazer o meu trabalho, de análise mais global, numa escala mais integral e uma das coisas que fiz, tendo compreendido a escala intrínsecas do projecto, foi fazer uma espécie de visita a vagas, aquilo que é a realidade do sector oeste de Évora, do plano director e aquilo que era a bacia de Torregela. A unidade espacial é a bacia, por-que é especialmente um espaço que tem uma clareza grande. Todo o espaço que é definido

por uma linha de cumeeira, e que constitui uma bacia de escoamento de águas é assim uma espécie de realidade natural muito evidente e espacial e culturalmente isso, tem vários signifi-cados, uma das coisas que eu percebi na altura foi que aquilo que origina esta operação, que é uma quinta de recreio que é do seculo XIX é parte de uma sequencia de quintas, Quinta do Chantre, Quinta das Glicínias e por ali acima, até São Bento de Cástris, de quintas e cercas que se constituem enquanto unidades tipológicas que vão ocupando a montante desta bacia, que culmina mais ou menos nos moinhos de São Bento de Cástris e que tem como elemento tangente mas fundamental o Aqueduto. O Aqueduto é tangente à bacia, é tangente no sentido que passa, toca o terreno e acompanha.

JS — Quando ele se enterra é mesmo já junto ao Convento de São Bento de Cástris.

JGds — E depois um bocadinho mais à frente alimenta a Cartuxa, entrada triun-fal da cidade e portanto esta realidade que, uma perspectiva a partir da unidade natural que é a bacia ganha uma clareza grande do ponto de vista de quando se começa a ver que na verdade o espaço é fundamentalmente determinado por estas realidades que são unidades tipológicas, convento e cerca de São Bento de Cástris pelo seu espaço cercado, a casa, o jardim, a mata, irem para a Quinta dos Chantre também espaço murado e uma outra série de outras quintas menos importantes sobre o ponto de vista arquitectónico e paisagístico. Houve uma espécie de transição entre a cidade murada, compacta no fundo os bairros, ou sectores no qual a Malagueira se insere e, depois, existe uma série de quintas muradas ao longo de azinhagas, estradas e que constroem assim uma espécie de tecido de transição.

Isso é extremamente interessante, porque existe uma certa ignorância, no senti-do normal por desconhecimento, existe uma coisa muito interessante no desenvolvimento e constituição de Évora, tanto no território urbano e rural que é, ao contrário de muitos outros

aglomerados, existe um tecido de pequenas parcelas, pequenas à escala do espaço rural, grandes à escala do espaço urbano, parcelas de quintas que fazem o tecido de transição entre a cidade compacta, que é o grande espaço agrário que tipologicamente é definido pela herdade, a noção da herdade é uma grande propriedade rural com actividade agríco-la, pecuária, florestal, portanto uma actividade económica profundamente centrada nessas questões e que, constitui uma rede de ocupação e de ordenamento do território e portanto constituição de uma paisagem típica desse latifúndio, que é um termo e um conceito que vem desde a ocupação romana.

Essa sequência de quintas não tem a ver com a ideia de latifúndio, tem a ver com a ideia de vila suburbana que é uma ideia também romana e de alguma maneira há quem defenda que existe uma malha em torno de Évora, em torno de Beja e de outras cidades há quem defenda essa evidência a partir de estudos.

O que é facto é que, existe sobretudo naquele sector uma sequência de espaços que talvez pela força da evidência das suas delimitações e do seu character tipológico, existiu até uma certa altura esse tecido de transição, e esse tecido de transição é interessante porque representa uma matização entre aquilo que é a ideia de vida urbana, entre muros, e aquilo que é uma vida provavelmente muito mais luxuosa e muito mais de transição ao espaço agrário.

Nós sabemos que a realidade é contínua na história, acho que não há estudos aprofundados disto mas há referências, sabemos que pelo menos durante o período em que Évora foi capital de Portugal, capital do Reino, temos a Sempre Noiva, temos várias quintas de recreio e habitações palacianas que constituem uma espécie de vilegiatura no sentido italiano do termo, *di vilegiatura* de uma certa aristocracia, que entre Lisboa e seus arredores e Évora e seus arredores, constitui um tecido muito rico quase impercêptivel.

Em torno de Lisboa temos o grande eixo do vale do Tejo, é outra questão que também não está estudada, mas se formos ao longo da lezíria temos do lado sul, sequências de quintas por ali fora. Se formos a Azeitão, em torno de Évora, Lisboa ou Setúbal temos um grande eixo de quintas, Quinta das Torres, Quinta da Bacalhoa, se formos para Sintra a mesma coisa sucede. Portanto, este tema, deste tipo de transição entre as cidades poderosas e o espaço agrário, esta espécie de tecido que não se pode dizer que são espaços rurais ou es- paços agrícolas, são espaços de impacto suburbano, no sentido que os romanos lhe atribuíam aqui existe e, provavelmente, naquele caso com quintas que na altura provavelmente tinham sido feitas no século XIX, mas que poderão ter sido. Em construções anteriores portanto no século XVI - XV isso não esta estudado.

Passado nove meses talvez, eu retomo ao arquiteto Siza e o que ele disse foi «bom, estive a olhar para os esboissos e vou dar consigo uma volta», e nós metemo-nos num carro e fomos visitar estas quintas e eu comecei a explicar, «repare nesta estrada, como na Mala- gueira considero o eixo Este / Oeste é uma especie de eixo radial, tomo então esta estrada que leva de São Bento de Cástris e podemos manter este programa de estradas também radiais, e repare que estas quintas signifvam que são quintas de recreio, tipologicamente é talvez o elemento tipológico mais original na cultura da arquitectura paisagista em Portugal, porque representa uma noção de um espaço, impacto edificado e impacto não edificado, de um espaço que não é nem apenas produtivo, nem apenas de recreio, é qualquer coisa que se constrói, a partir da ideia de fertilidade e produtividade, assim quase clássica e, portanto, como é que isso se manifesta, a casa, para já é uma organização tripartida, a casa está a uma determinada cota, acima esta a mata onde a assim como arquetipo onde a água se re- colhe e a cisterna conduz ao espaço envolvente à casa onde estao os jardins e imediatamente os pomares e depois a cotas mais baixas os prados onde estao os animais, o pastoreio e as

culturas regadas, isto é o arquetipo digamos da quinta de recreio, a tipologia é um pouco esta e isto define uma arquitectura, e essa arquitectura é feita substancialmente do dominio da água, cisternas, tanques, caleiras, depositos, mecanicas de rega, registos de toda essa complexidade de elementos hydraulicos, para organizar o espaço, e o espaço é organizado muitas vezes e naquele caso naquelas quintas a partir da manipulação topográfica como forma de arquitectura é um dos três pilares da arquitectura, a paisagem é a manipulação da topografia, a manipulação da água e a construção da água, e a construção com a vegeta- ção, com o sentido que nós atribuímos não só do ponto de vista produtivo mas do ponto vista também simbólico e cultural, sendo que na manipulação da topografia se constrói muros que servem para suportar terras ou servem para definir recintos ou que, o lugar na arquitectura tem sempre intenção, tudo isso constrói assim uma realidade bastante completa» e portanto nós visitamos várias quintas.

Eu lembro-me de ter fotografado essas visitas e de dizer-lhe «aqui na Malagueira, no recinto murado daquilo que são as outras quintas, talvez mais intenso no seu desenho, na sua constituição e depois digamos a unidade cadastral de uma parte da sua propriedade é aquilo que é hoje a altura, a área onde o bairro da Malagueira se instala» e «o bairro de Stº Maria é um bairro de proletariado é um assentamento de trabalhadores» tal como aquele bairro das Fontanas.

Esses que eu estou a referir são no fundo três unidades, três bairros que são malhas bastante, portanto compactas de casas e que são basicamente casas de trabalhadores. Bairro de Santa Maria é talvez o que se tornou mais evidente porque o próprio plano da Malagueira, encastra ali e define como é normal de forma rica uma série de modos e formas de articular.

Esta espécie de discussão que tivemos em parte originada por os esboissos deles, que também posso falar um bocado, em parte originada por uma leitura que propus, geraram

um estigma bastante grande, portanto, quando eu lhe digo, o plano da Malagueira seguiu e respeitou uma directriz previamente planeada, já num plano de escala idêntica que existia para ali, que era, não ocupar os leito de cheia da ribeira, aquele vazio, aquela noção de corredor já existia.

Aquilo que levou o Siza, a ser chamado para dirigir o plano da Malagueira, foi a rejeição do plano anterior, que é um plano que prevê uma ocupação de não planeada das linhas de água, com um conjunto de edifícios de tipologia bastante distinta daquela que a Malagueira constitui, e que constitui uma espécie de ocupação pontual e com uma linguagem muito em retorno com aquilo que é a ideia da cidade do Sul e da cidade do centro histórico. Portanto, a minha contribuição sobretudo pela criação de um modelo espacial para a paisagem, digamos urbana que esta ali a construir.

Quanto aos esboissos, intuitivamente o Siza vai representando imagens da reali- dade de uma maneira bastante e atenta, e vai representando fontes, vai representando me- tamorfóses daquilo que vê na cidade histórica, e daquilo que vê provavelmente nos percursos que faz ali entre a cidade e a Malagueira. E propõe um imaginário bastante interessante, do que poderiam ser todos os espaços não edificados. Os espaços exteriores livres e determi- nar aqui um character poético, um character estético e no fundo vai gerando ali uma espécie de tipologia imaginária. Aquilo que eu faço é substancialmente estruturar esse conjunto de ideias muito interessantes e, dar-lhe consistência no sentido de organização a uma escala de paisagem urbana e, uma escala de espaço urbano, substancialmente separando-o do grande espaço central de continuidade com o resto da bacia e linha de água da ribeira da Torregela, e todos os micro espaços, a um nível secundário, fragmentados que servem para construir esta relação.

JGS — De que forma é que surge a ideia do dique e dos terraços mais acima da

Avenida, e todos esses elementos ligados por água?

JGds — Quando este modelo propõe esta leitura que é um espaço principal, que é um espaço livre da ribeira, que é um espaço de continuidade e há uma estrutura secundária de fragmentos e isto é recebido e aceite facilmente, começar a encontrar museus que nos ajudem a organizar esse espaço e a transformá-lo.

Há um problema quando eu me apercebi dos terrenos mal drenados e constatei no fim de um Inverno lá passado que aquilo realmente aquilo ensopava tudo. Para atravessar a ligação para a cidade, na altura não existia ainda aquele aterro, faziam-se por circuitos. Íamos ao Bairro Santa Maria e depois é que divergia para ali e quando se começa a perceber isso, Em primeiro lugar o Siza propõe que haja uma ligação de nível, que significava construir uma ponte, em paralelo com isso, eu proponho que nesse caso é porque não se faz a partir do Bairro Stº Maria há um trajecto representado numa das plantas anteriores, em que há um traçado pequenino, que é uma linha em tracejado, que atravessa diagonalmente até ao canto do perímetro da escola André de Resende, acho que aqui é uma oportunidade para fazer-mos um caminho sobrelevado, porque está num caminho praticamente de nível, não nos obriga a descer e voltar a subir e ao mesmo tempo fazemos uma retenção de água.

E para que é que serve uma retenção de água? Serve para regarmos, e se conse- guimos regar, conseguimos criar aqui conforto, porque no Verão seguinte, daqueles Verões de quarenta e tal graus que se temos uma paisagem de sequeiro ela aceita essas temperaturas e aquilo é difícil. Há um conjunto de fotografias muito interessantes, a melhor documentação para mim é daquele fotografo e arquitecto italiano Collová que sistematicamente sempre que volta ali no Verão está lá a fotografar e eu comecei a acompanha-lo, cada vez que ele vinha eu acompanhava-o, e uma das coisas que se percebeu foi se nós regarmos aqui, pelo menos em torno deste dique temos aqui uma zona mais fresca, torna-se mais suportável e consegui-

mos transformar esta zona.

As promoções muitas delas estavam relacionadas com núcleos de habitação, cooperativas de habitação ou associações de moradores e, o projecto apesar de ser muito geomorfo, cada rua tem um perfil, o Siza desenha os alçados todos, como se faz na baixa pombalina, mas mesmo assim sai dali terra e há imagens de Collová que nos mostram que aquela zona que hoje é assim, um relevo muito pacífico a certa altura parecia uma convulsão de montes de terra que eram ali colocados e que depois tinham de ser moldados.

O meu primeiro trabalho é modelar terreno, que é um marco arquitectónico fundamental na arquitectura paisagista modelar terreno, é assim a primeira coisa que se faz no terreno, o problema é que não havia levantamentos topográficos, pois eu não sabia nem o volume de terra que tínhamos e por outro lado o levantamento topográfico que existia era fotogramétrico, que aliás tinha uma precisão muito relativa.

Em parte na constituição do aterro, havia perfis que o Engenheiro do GAT tinha formulado aquele aterro mas, com muito mais terra do que a terra daquele aterro. Então, é proposto a certa altura fazer aqui um dique para gerar aqui um plano de água, armazenar água, mas se calhar em vez de fazer uma barragem de paredão, fazer uma barragem de terra mais pequena e, em contrapartida é preciso criar assentos de terreno, portanto é preciso espalhar a terra e esse espalhamento de terra não pode ser feito ao acaso é preciso interpretar a morfologia, portanto é preciso ter uma ideia de modelação de terreno geral desta paisagem, e esta ideia foi andando de pouco a pouco.

Portanto, a minha primeira tarefa é basicamente trabalhar com um tractorista, indicar como é que se podia modelar o terreno, era quase um trabalho de escultura conduzida, depois há um trabalho muito interessante que se faz a seguir que é no final do terreno e da preparação das sementeiras e que é feito fundamentalmente com grupos de mulheres que

vinham das cooperativas agrícolas que estavam em extinção, estamos em 1987-88, a reforma agrária esta a ser digamos aniquilada e todas as unidades colectivas de produção ali da região começam a ter muita mão-de-obra disponível.

A câmara, que era dirigida pelo partido comunista, o que começa a fazer é con- tratar essa mão-de-obra. Muito daquele trabalho de modelação final é feito por mulheres que trabalham em linha, com a técnica que utilizam normalmente para as campanhas das searas e esse trabalho é executado manualmente, portanto há uma parte significativa que é executa- do com uma pá, é o trabalho mais pesado para distribui terra, mas depois há um trabalho de modelação final que é feita com ancinhos, que é para distribuir, desfazer e modelar. Portanto é um trabalho quase de barbeiro, e isto tem assim um lado quase épico e neo-realista e tal, mas é o equivalente aquilo que se estava a suceder no ponto vista tecnológico na construção dos vários grupos de casas.

Uma das questões que por exemplo é feita é, bom temos aqui este parque ou esta paisagem que é um espaço central, temos um determinado volume de dinheiro, vamos concentrar esse dinheiro em três, quatro, cinco lugares, meia-dúzia de caminhos, pontoes hidráulicos e plantações, mas não vamos desenhar isso como se fosse um parque ou um jardim público, vamos desenhar isso como a continuidade de paisagem que vem do exterior e se prolonga por aí fora, esta é a imagem que o arquitecto Siza também defende, e desenha e que de alguma maneira procurei consubstanciar, e o que é facto é que se quisermos analisar agora esse espaço central, o que é que o constituía?

A linha de água obviamente, que foi minimamente modelada, nas passa- gens hidráulicas sobre ela, a construção do dique, o revestimento da pedra, portanto um elemento muito urbano que é o dique, um dique normalmente não e um elemento urbano, aquele é, tem pavimento, tem uma geometria que o insere no desenho da

cidade, mas também a forma como foi desenhada por exemplo a passagem hidráu- lica debaixo do eixo este-oeste, essa passagem hidráulica que são duas estruturas em betão, dois muros com umas Lages que fazem uma espécie de uns miradouros, com umas escadinhas laterais etc., quer dizer tudo aquilo é desenhado como uma escala e uma intenção de o transformar num monumento, num monumento urbano central, bastante central, portanto aquele conjunto largo, dique-passagem constrói uma leitura da apropriação daquele espaço.

Os caminhos, passagens sobre ribeiras, pequenas pontes, e o jardim foi o meu projecto de tese de fim de curso e o jardim tem um significado ou um valor sentimental bastante complexo porque eu nunca sei se o arquitecto Siza se interessou por esse lado da questão, mas interessou-se muito pela sua organização e o jardim procura demonstrar varias coisas. Uma é que existe uma diferença entre jardins, a paisagem de alguma maneira é civilizada ou é legível pela ribeira da Torregela, por o afluente, pelas águas, por toda aquela linguagem que organiza esses espaços e que os define, e é por oposição a essa ideia de paisagem um espaço extremamente teatral, construído, feito da manipulação da água, feito de um detalhe muito mais cuidado e esse jardim retoma aos arquétipos das quintas de recreio.

A água surge de uma nascente debaixo de uma daquelas casas é conduzi- da por um primeiro tanque, depois isso perdeu-se com o tempo, esse primeiro tanque transporta a água a um sistema de tanques que organiza o jardim, o jardim esta em terraços, cada terraço tem um tanque , cada tanque irriga dois canteiros que são rebaixados com caleiras, a água passa para o tanque seguinte e portanto há toda uma automatização e uma organização desse espaço a partir da ideia de que é nos canteiros que existem as plantas e portanto elas têm de ser regadas, os canteiros são

mais baixos que os caminhos, são regados pelas caleiras.

Portanto, a ideia do jardim em contraposição à paisagem é uma das ideias fortes, outra ideia é que a própria manipulação da água, que é o que faz o chão da Malagueira, o solo em adobo, representa e a sua relação com determinados elementos, de alguma maneira demonstram esta ideia de que a paisagem é uma construção e o jardim é uma construção, bastante diferenciada, e se repararmos bem espacialmente esta a uma cota mais alta, dos seus terraços vê-se a cidade, por aí fora, e de um dos seus lados, o lado que não tem muro, mas tem uma rampa há uma serie de bancos e desses bancos, contemplamos a cidade, portanto é um pouco a ideia de distinção relativamente à paisagem envolvente que se observa nas quintas de recreio, por exemplo, de domínio visual sobre a paisagem ali representada que é o espaço central e de solução desta diferença, entre o artifício e o natural. O jardim tem, contém em si muitas técnicas e muitas matérias vivas ou não vivas, plantas ou adobes que cortam a cultura ou tradição cultural no sul do país.

JGS — Na Malagueira há uma serie de elementos pontuais, há relação?
JGds — Há, nós percebemos e começámos a exigir, em parte obviamente por ideias do arquitecto Siza, materiais a utilizar ali, e todos eles eram materiais bas- tante vernáculos, portanto, o granito era cortado ou cerrado, o mármore era cerrado e era utilizado em situações excepcionais, quando se queria rematar. Siza propõe no embasamento e um dos assentamentos dos apoios da conduta quando ela muda de direcção, ele propõe o embasamento todo em mármore, blocos de mármore, são blocos assim grandes.

O valor da matéria, o valor capital da matéria é utilizado de uma maneira muito hierarquizada e muito digamos simbólica desse ponto de vista. O mármore

surge em lugares excepcionais, o granito é a matéria para o resto de chão e é resistente, o adobe surge como o solo alterado, a matéria mais pobre e mais básica. O adobe é depois, usado para todas as técnicas que estão implícitas como a construção de muros, da cúpula, a cobrir o poço, ou de uma abóboda no aparthotel, ou os revestimentos dos postos de transformação, que é feito também com o adobe para se distinguir dos blocos de cimento e para se distinguir do granito, do muro pintado, portanto permite distinguir claramente elementos uns dos outros e sobretudo materializáveis, muito intencional.

Optar por técnicas vernáculas, às tantas não é tanto uma opção mas sim uma possibilidade, mas optar por materiais industriais, podia-se fazer aquilo tudo com tijolo furado e reboco e está a andar, mas essa opção ao mesmo tempo não é a aquela que é escolhida, fazer em adobe e não em tijolo furado, porque o adobe incorpora uma outra criticidade daquilo que é a cultura, que nos chega que é muito.

JGS — Eu não vivo na Malagueira, mas tenho a ideia de que os espaços verdes da Malagueira são pouco usados ou não vejo as pessoas a usufruir deles. Acha que o facto de faltarem certos elementos, como a praça central, ou o remate na parte Este, poderia ter alguma influência sobre isso?

JGdS — Por coincidência eu estive a falar sobre a Malagueira, e sobre esta questão exactamente. Estive a falar à poucos dias com um colega, e ele estava a dizer uma coisa «eu vejo lá pouca gente», parece que enquanto eu lá vivi, enquanto lá trabalhei, e se constituindo e depois nos anos que voltei, porque eu depois fui professor, fui assistente em Évora até 1996, portanto voltei a ir lá e durante estes anos todos tenho ido lá em visitas, eu vi sempre bastante gente e, hoje não tenho muito essa noção, mas acredito que seja verdade porque já é a segunda pessoa que me

diz, e a pessoa com quem eu estava a falar disse-me «isso talvez tenha a ver com uma outra coisa, quando o Bairro da Malagueira se construiu era fundamentalmente uma população jovem que saía de casa de todos os dias, quer dizer, quer as pessoas mais pobres, quer as pessoas que eram professores universitários portanto com mais posses, mais dinheiro, todas essas pessoas eram relativamente jovens, estavam assim numa fase bastante activa», é possível que hoje essa população esteja bastante mais envelhecida.

É possível que a renovação dos residentes, a população residente não se esteja a alterar, portanto é possível que tudo isso possa ter a ver com isso, por outro lado as pessoas mais idosas, mais velhas, também têm mais tempo. O que é facto é que existe uma relativa incompletude do tecido da Malagueira a nível de espaços comerciais, por exemplo essa pessoa com quem eu estava a falar que é meu colega, estava a nesse sector, que era o sector que nós chamávamos sector privado ou seja, cada um construía a casa a partir do seu projecto, onde o Siza tem a casa, a partir do projecto que tinha de respeitar as regras do plano mas que eram diferenciadas, aí existia uma rua comercial e esse projecto chegou a ser feito, uma rua comercial.

JGS — Sim, chamada de Broadway.

JGdS — Sim, e esse projecto implicava a instalação de espaços para serviços e, portanto, implicava uma coisa fundamental, que era a complexificação do tecido funcionalmente.

Funcional não é só dormir, não é só a residência era também o trabalho, por outro lado o plano da Malagueira é sempre nestes eixos que são as condutas, que têm um valor simbólico.

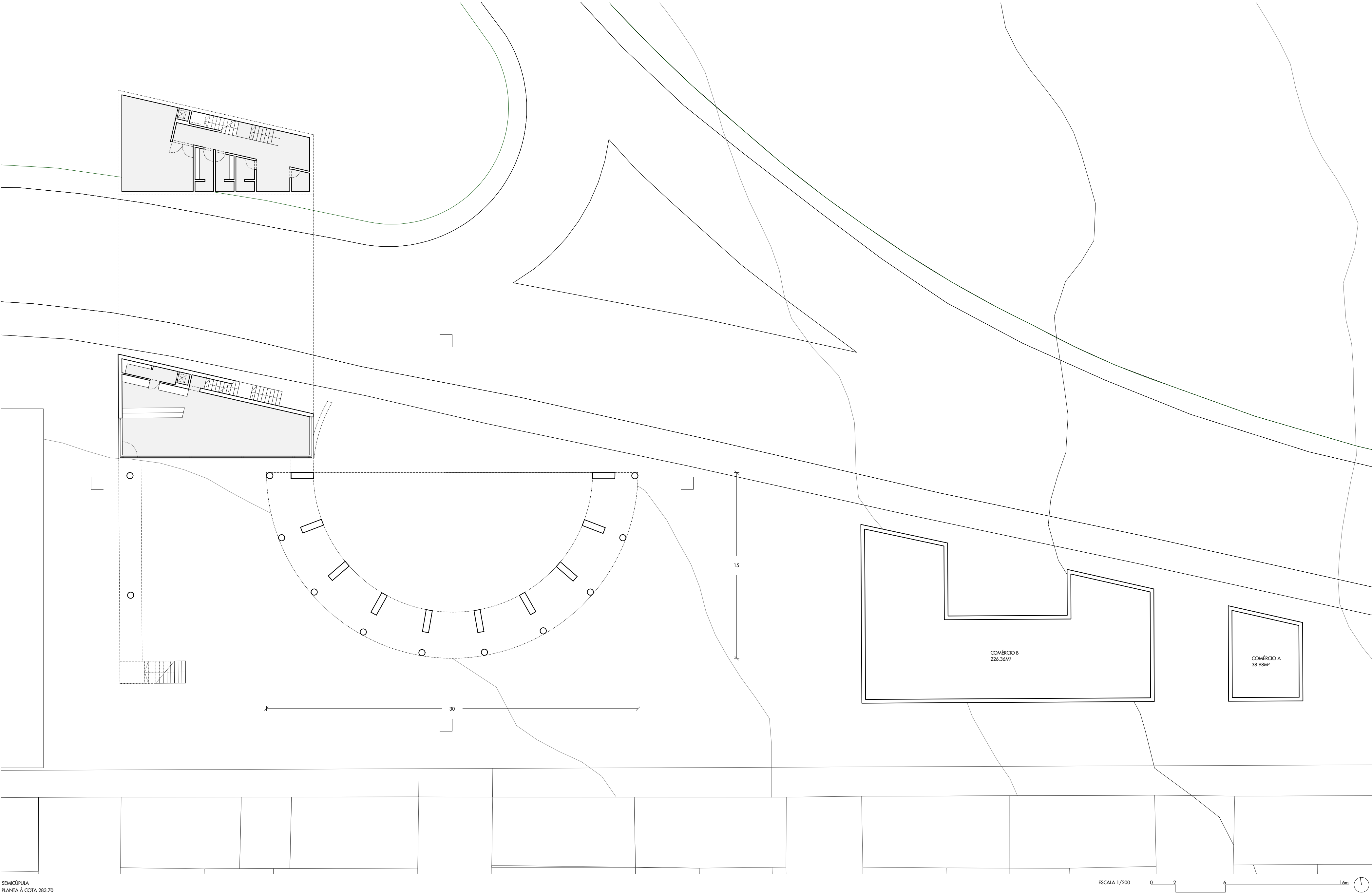
O que é facto é que estes eixos serviram de arranque, em várias fases do

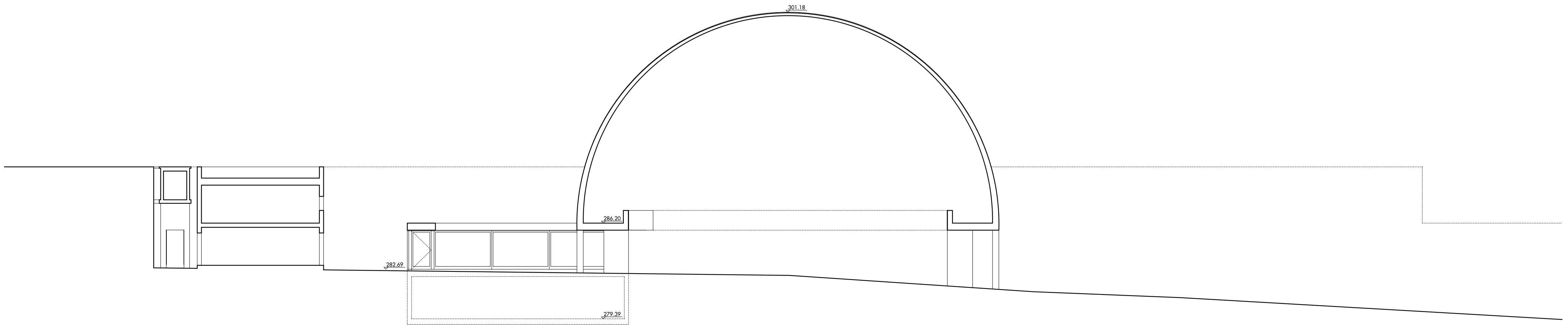
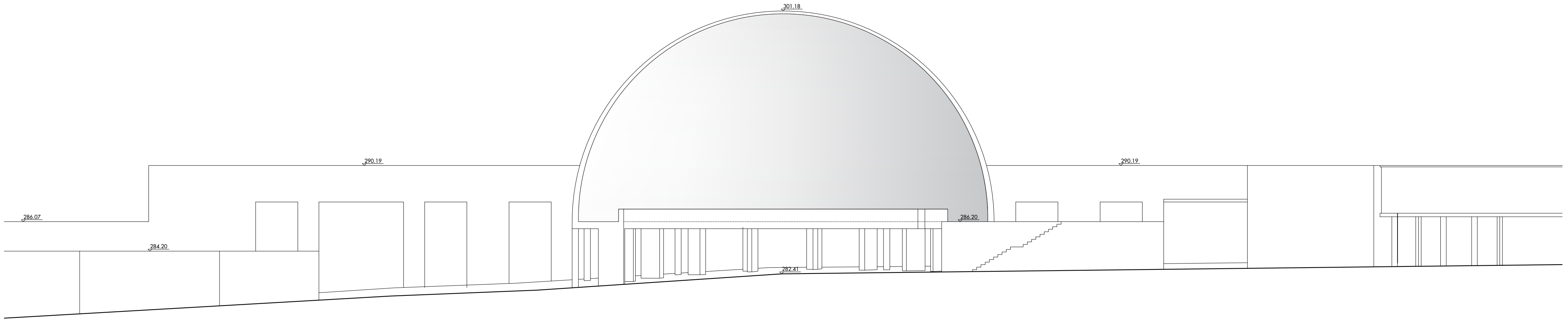
plano, elas têm um sentido e um significado diferente, no início a primeira coisa que se fazia era construir os pórticos e a conduta, é quase assim uma espécie de primeiro constrói-se o esqueleto que é a infra-estrutura e laçam-se os paredões, onde se encostam as casas.

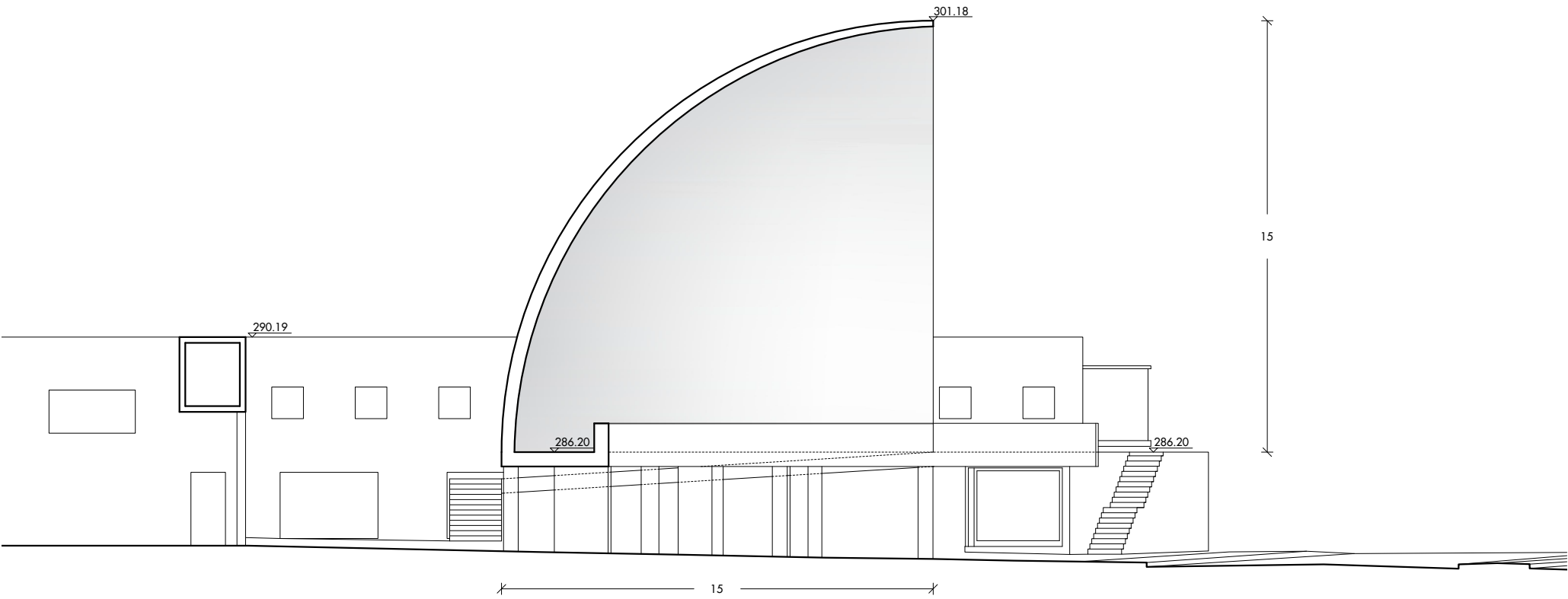
Esta construção cinzenta, em blocos, pobre que as pessoas nunca compreenderam nem aceitaram muito bem é por um lado fundatória dos vários núcleos até eles se irem fechando, recordo-me de ir vendo as condutas a crescerem. Era assim uma espécie de operação orgânica, numa fase de consolidação desta operação, muito estranhamente elas não foram construídas mas tinham sido pensadas, poucos são os troços de condutas que receberam os edifícios especiais de comercio, o projecto Broadway era um projecto muito mais complexo, relacionado com ela, a conduta e a própria cultura.

8. DESENHOS

8.1 SEMICÚPULA

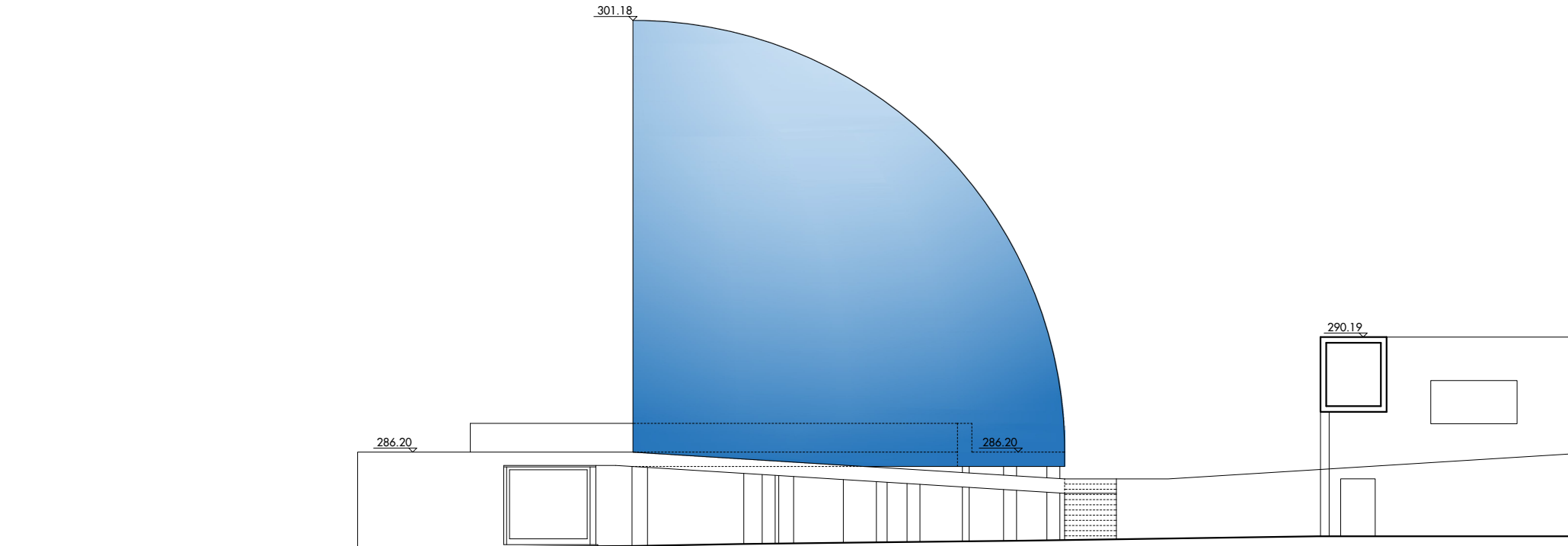






CORTE BB'

SEMICÚPULA

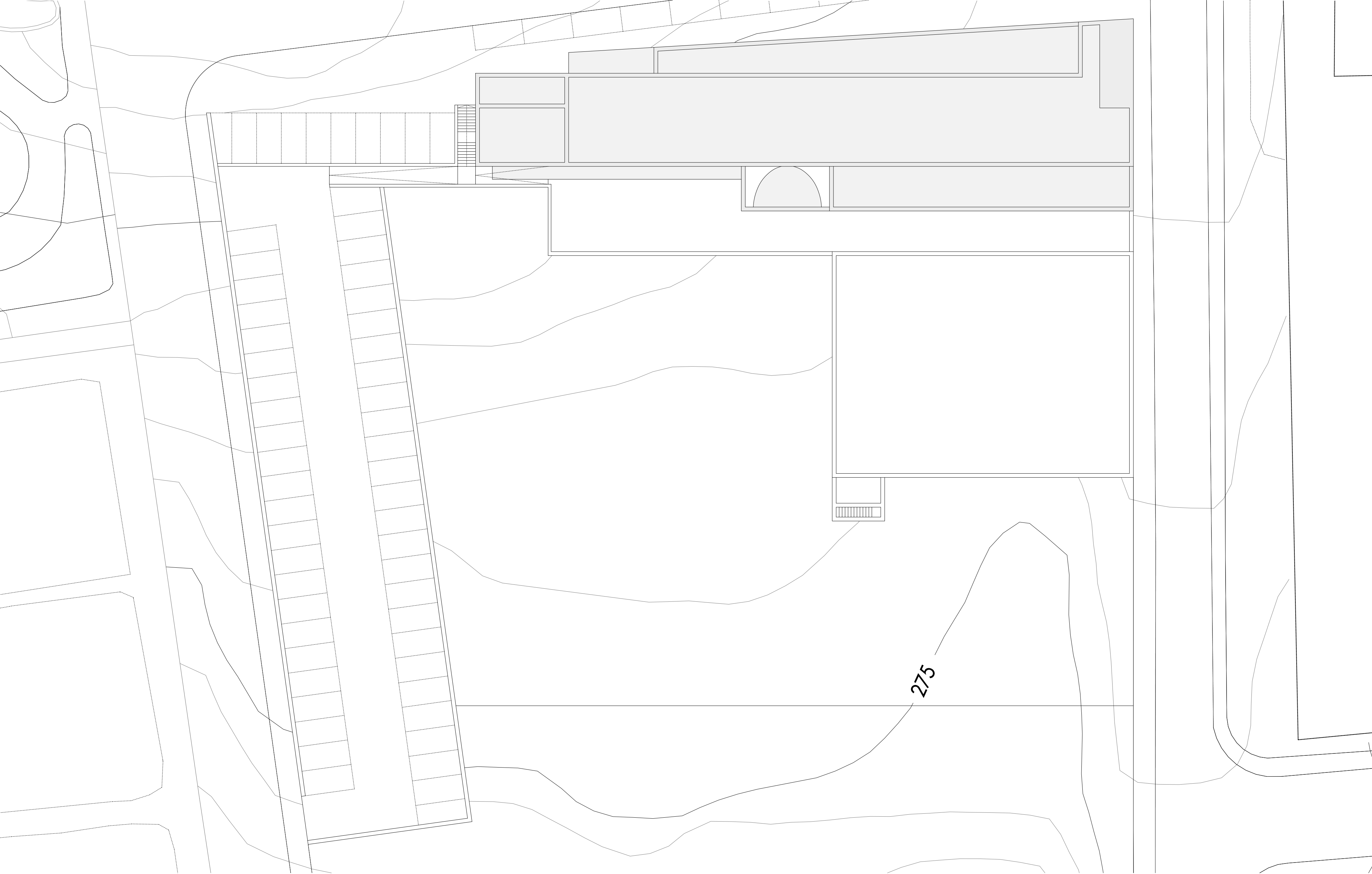


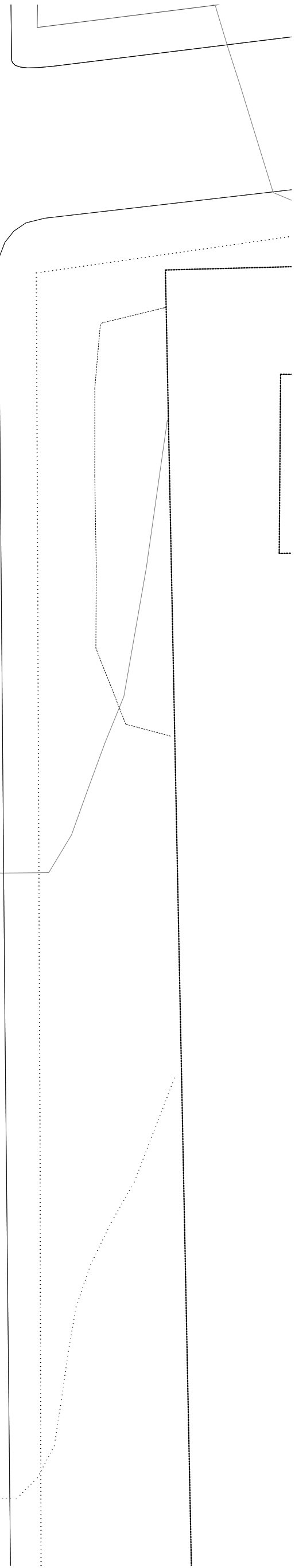
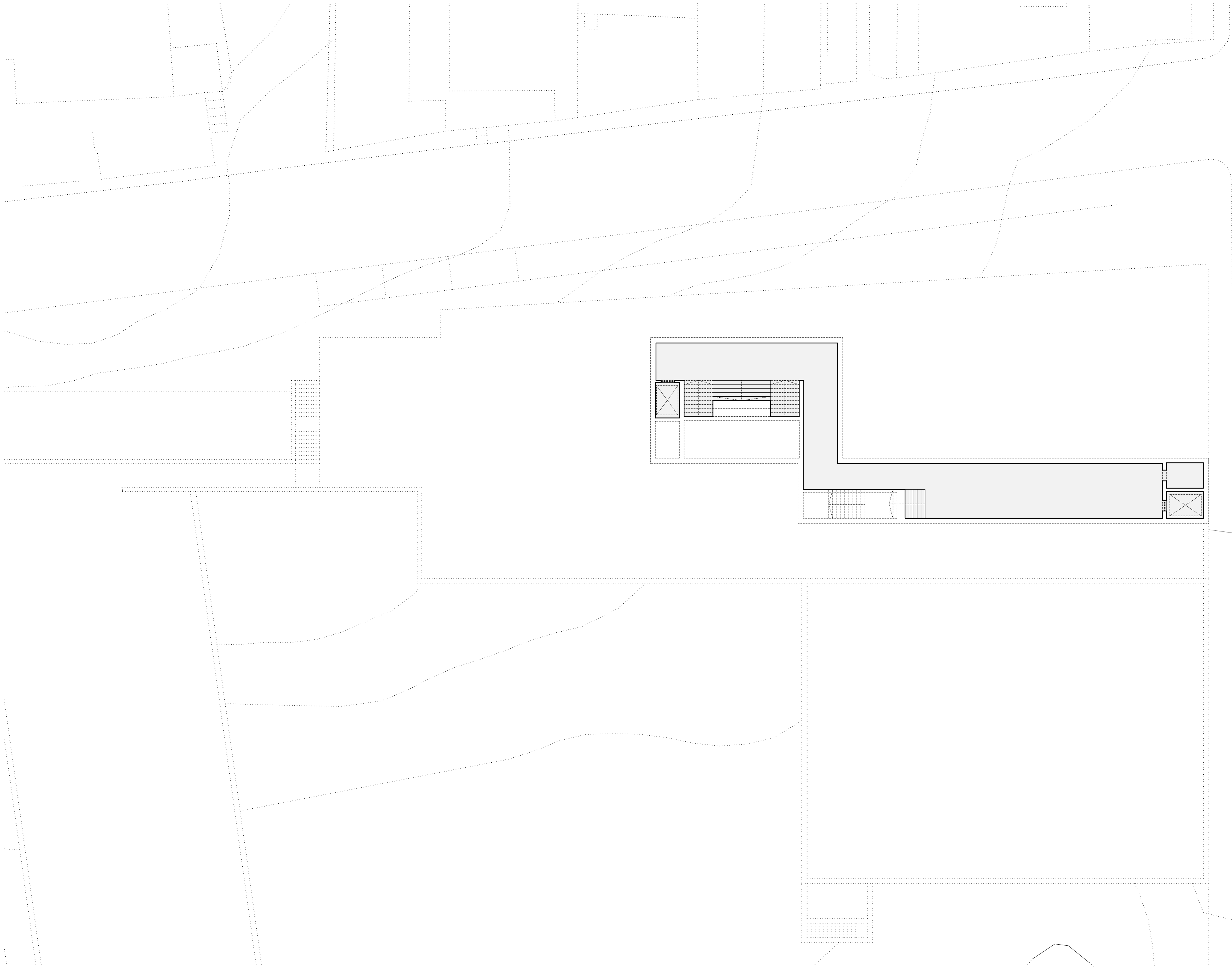
ALÇADO POENTE

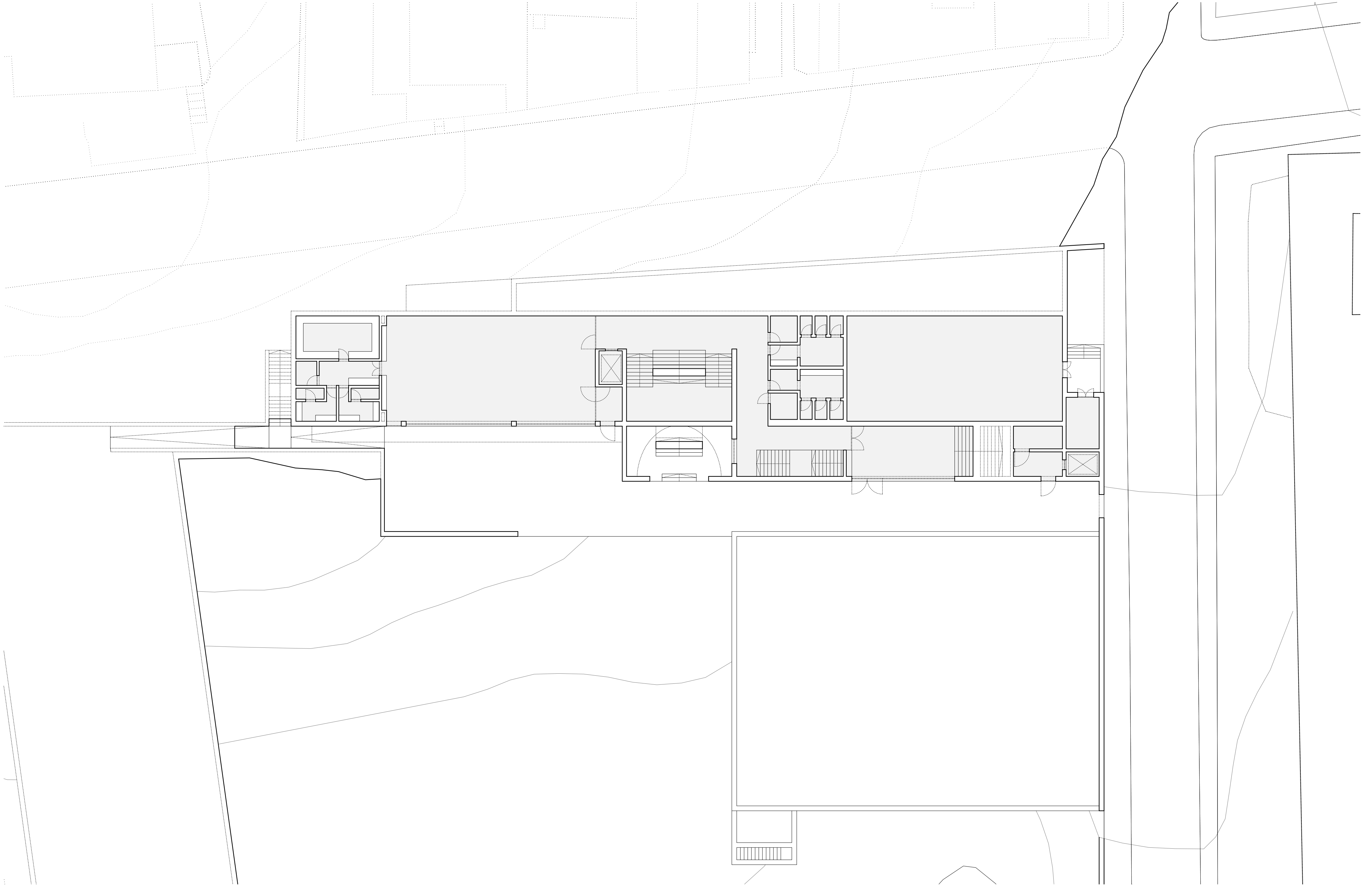
ESCALA 1/200 0 2 6 16m

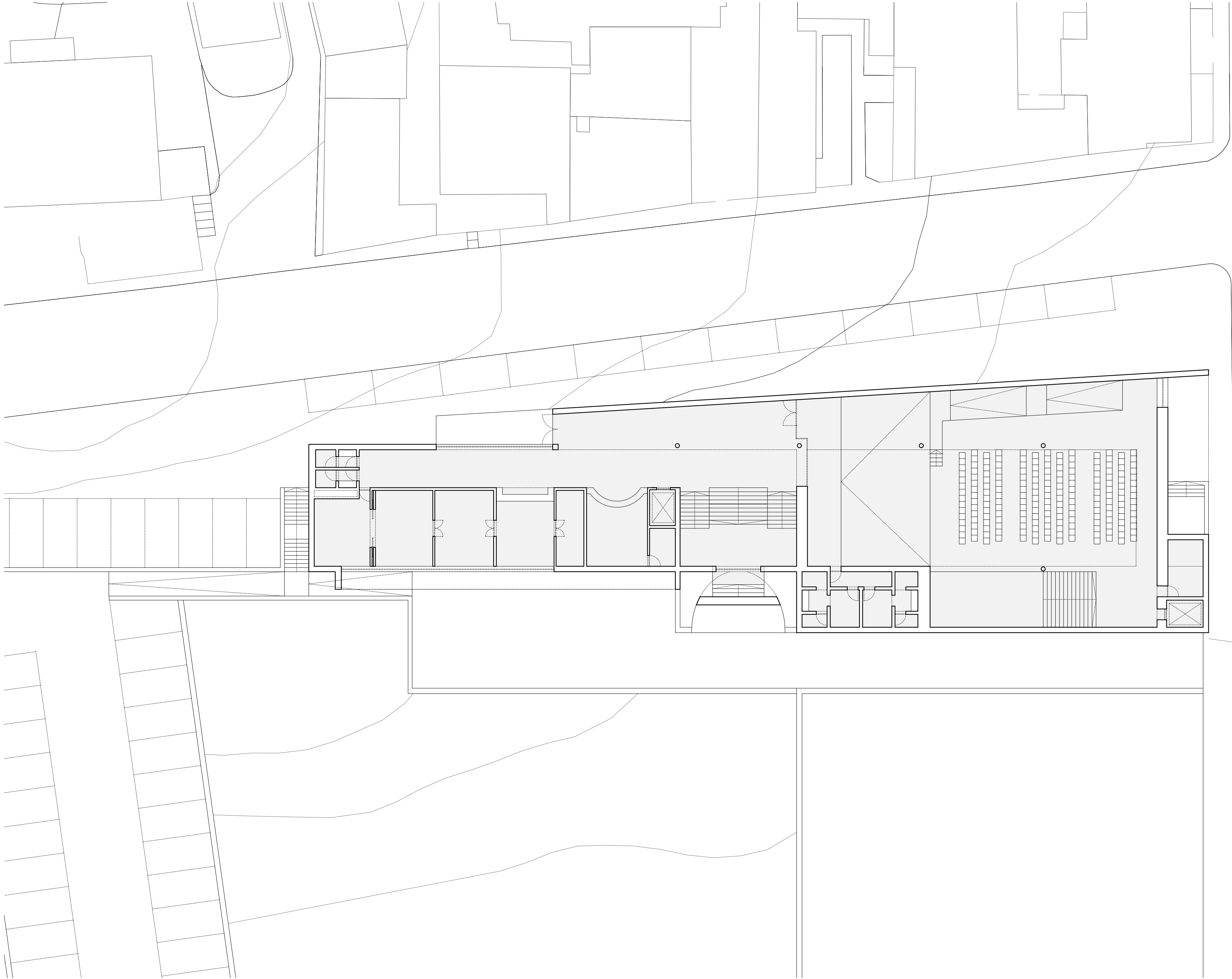
8. DESENHOS

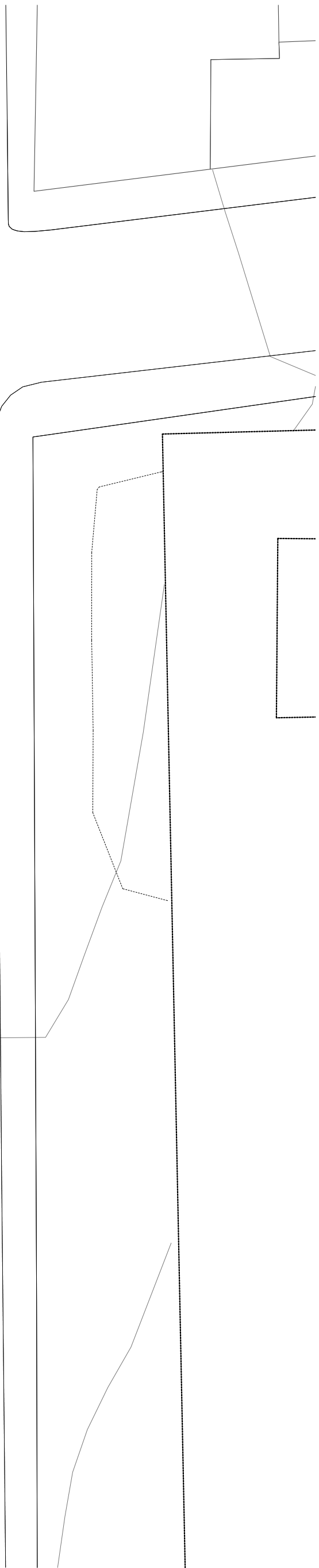
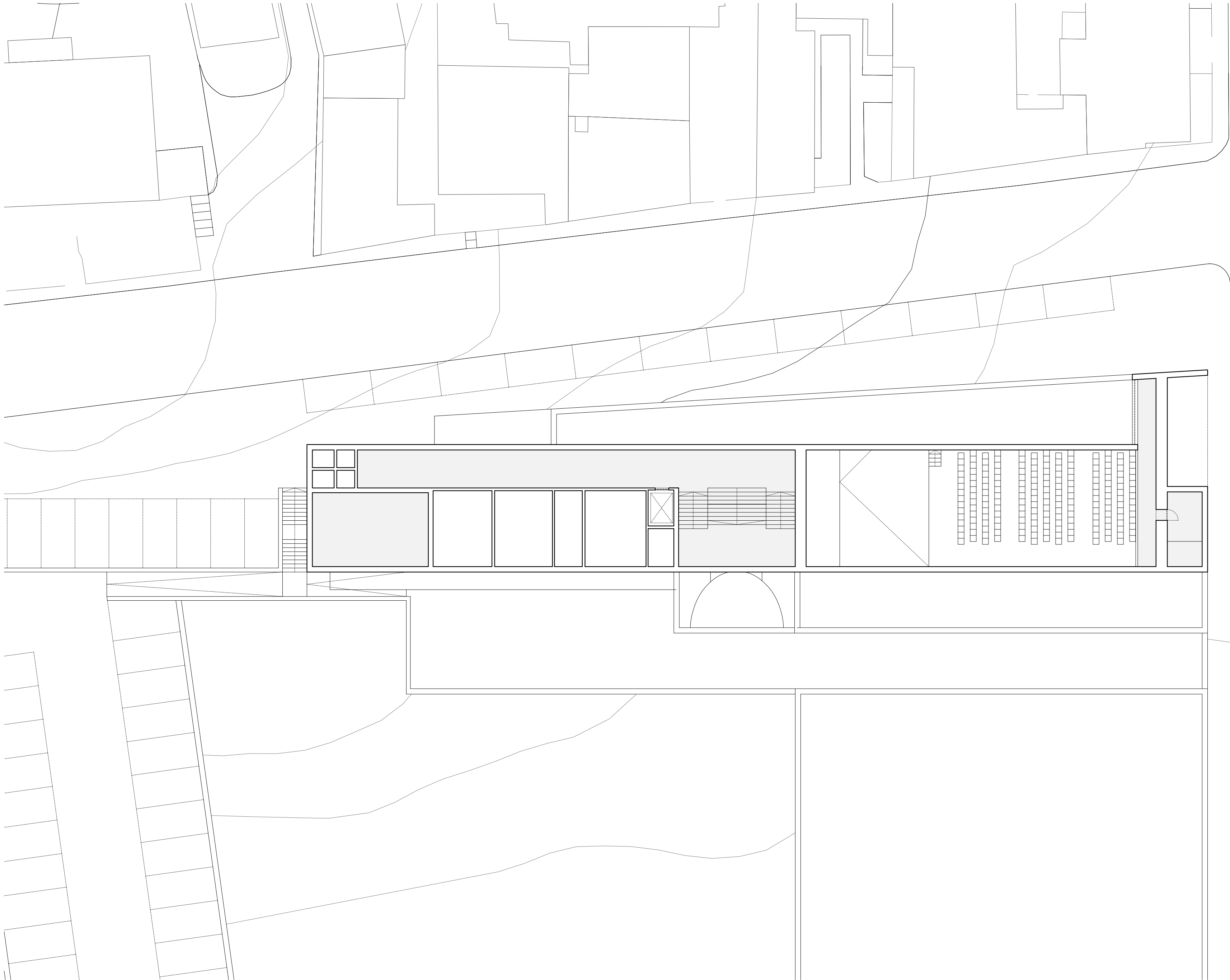
8.2. SEDE DA COOPERATIVA BOA VONTADE

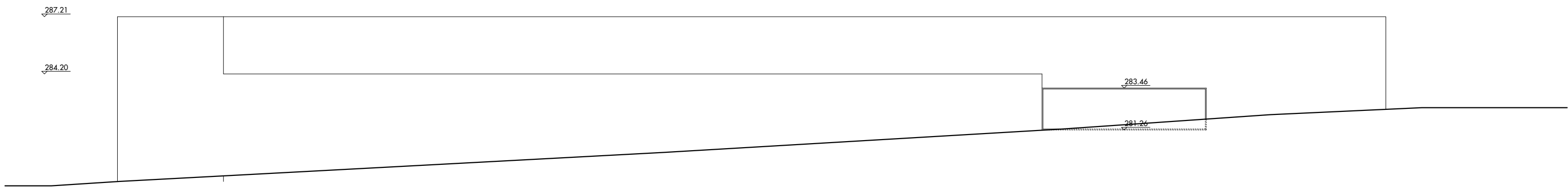
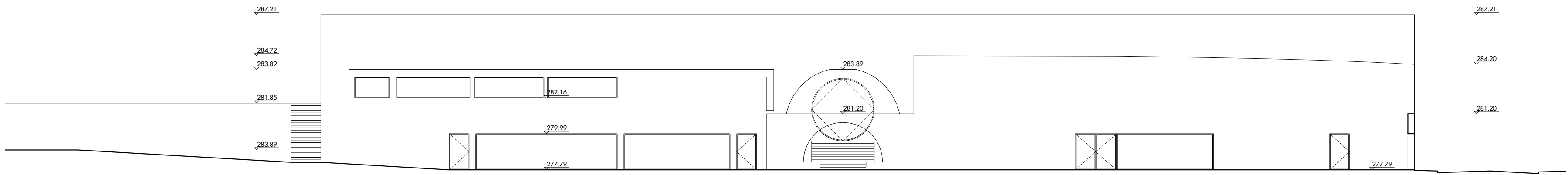
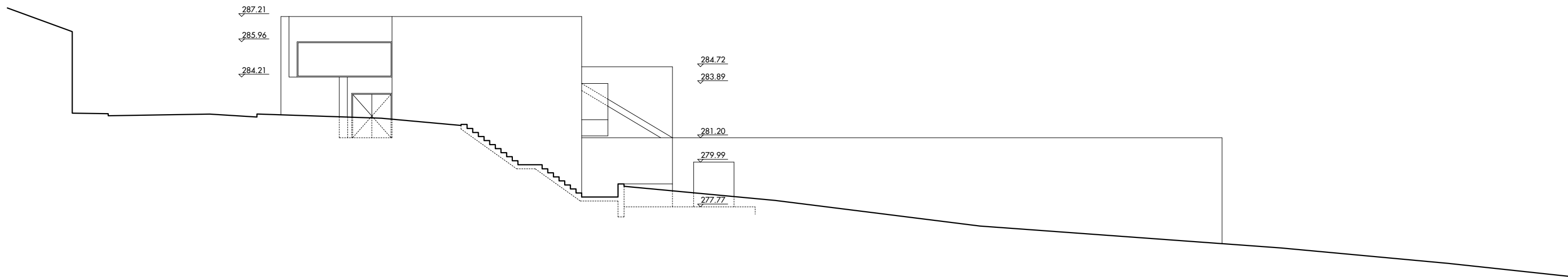
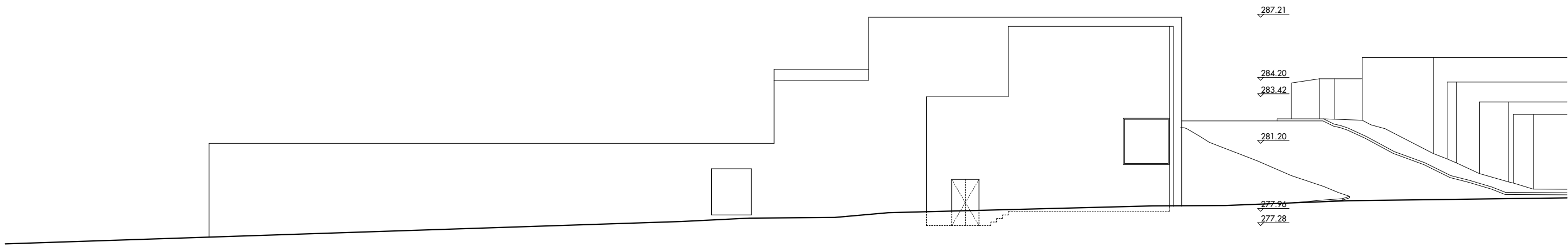


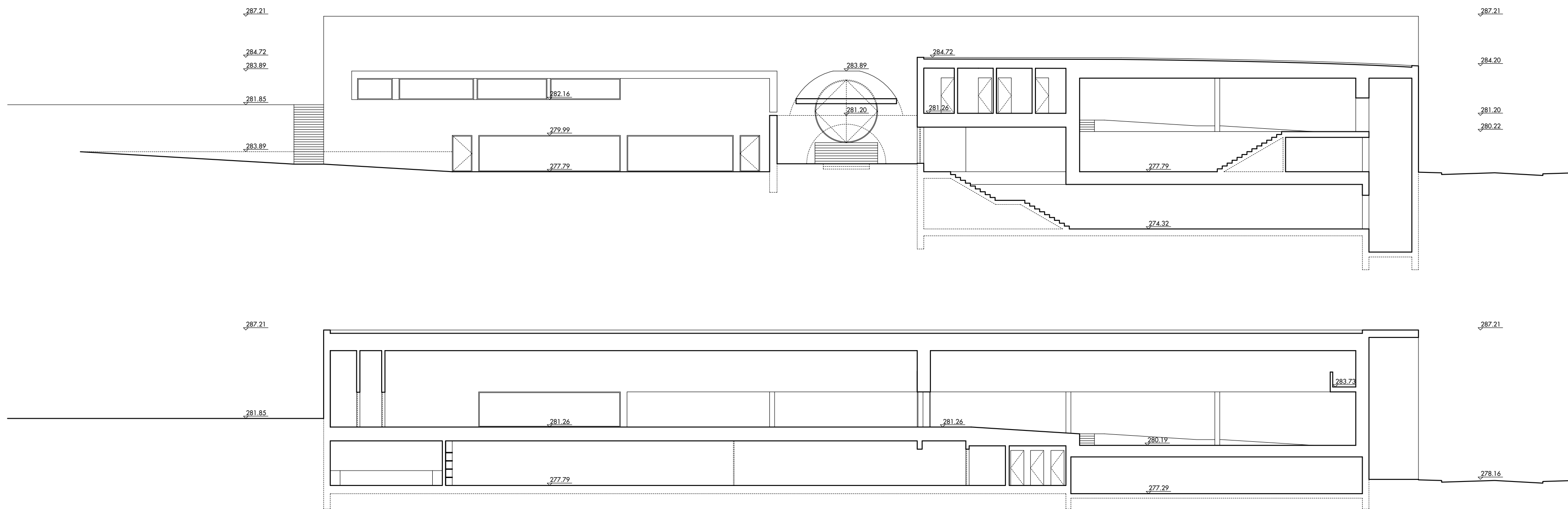
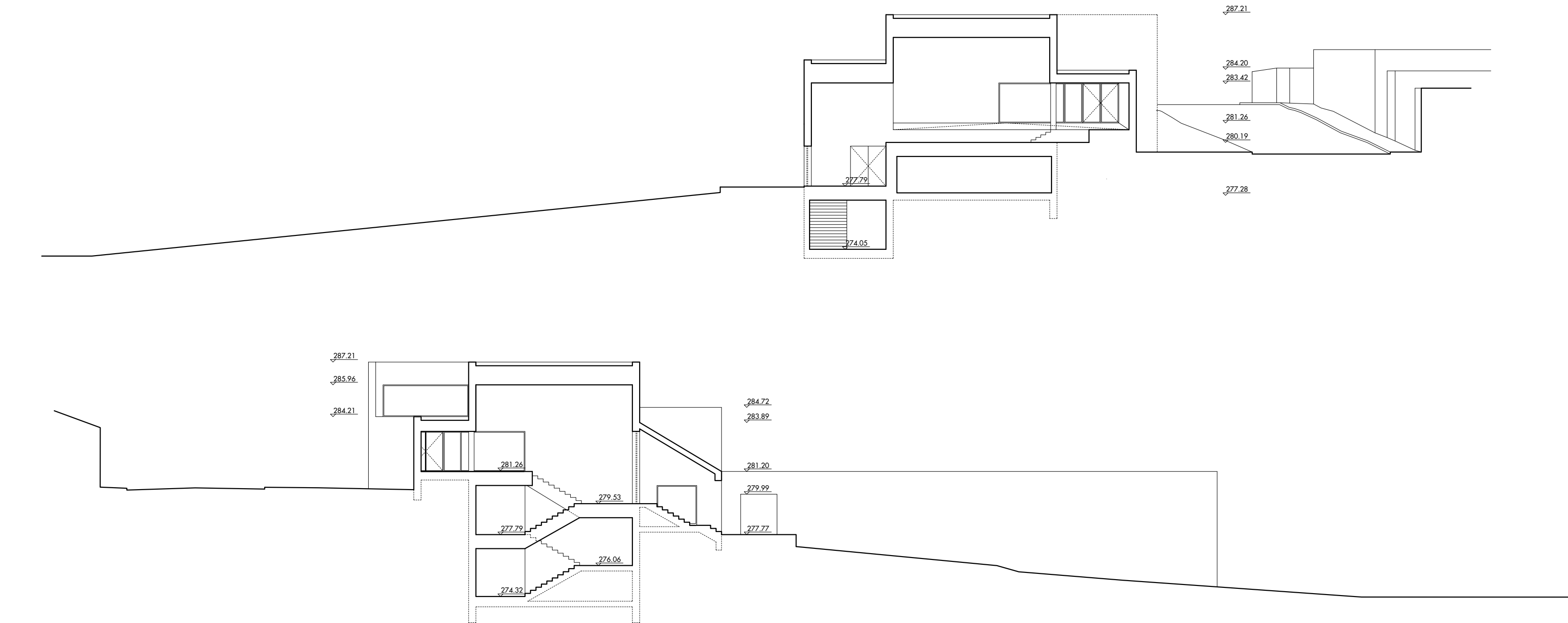










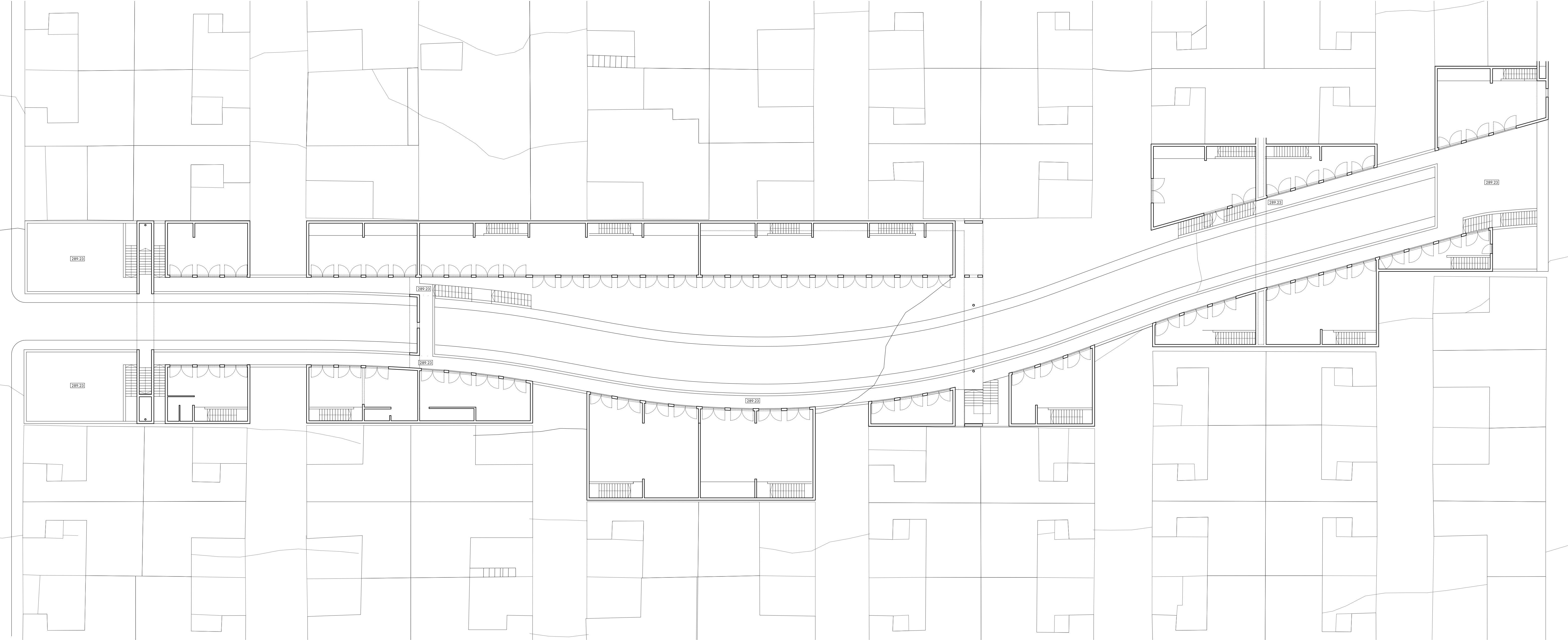


8. DESENHOS

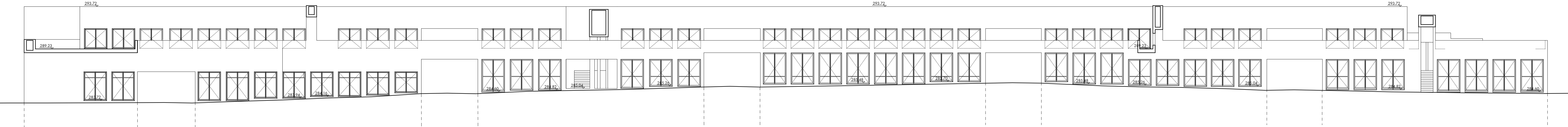
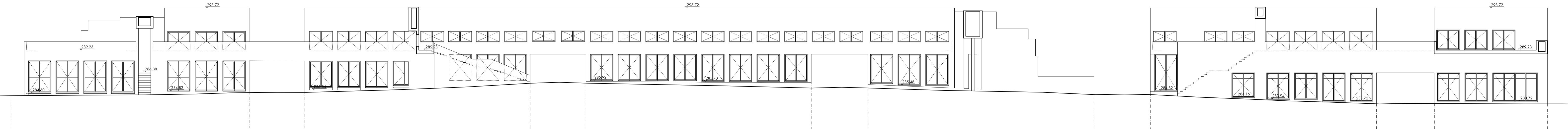
8.3. BROADWAY 2



8. DESENHOS
BROADWAY

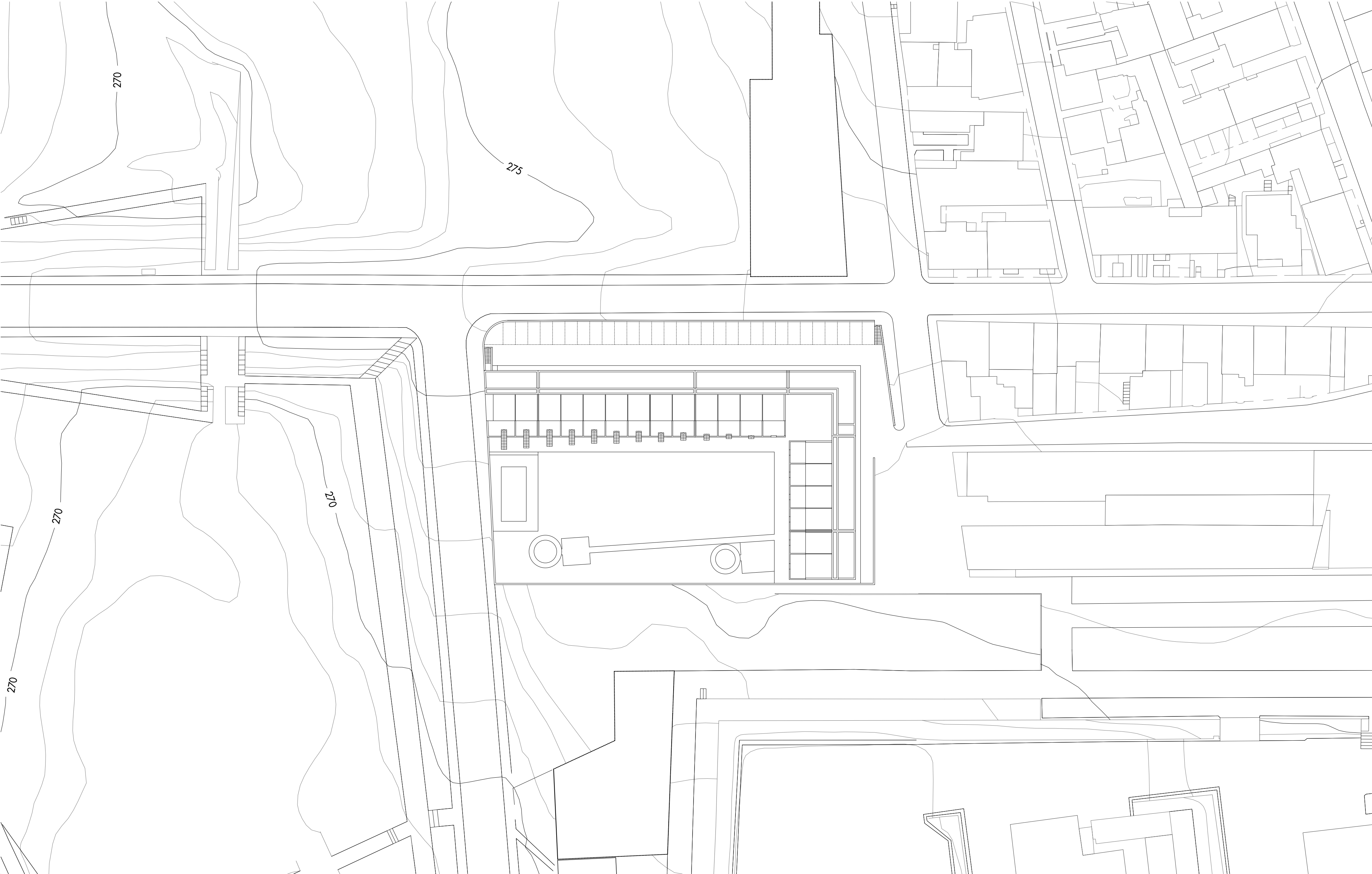


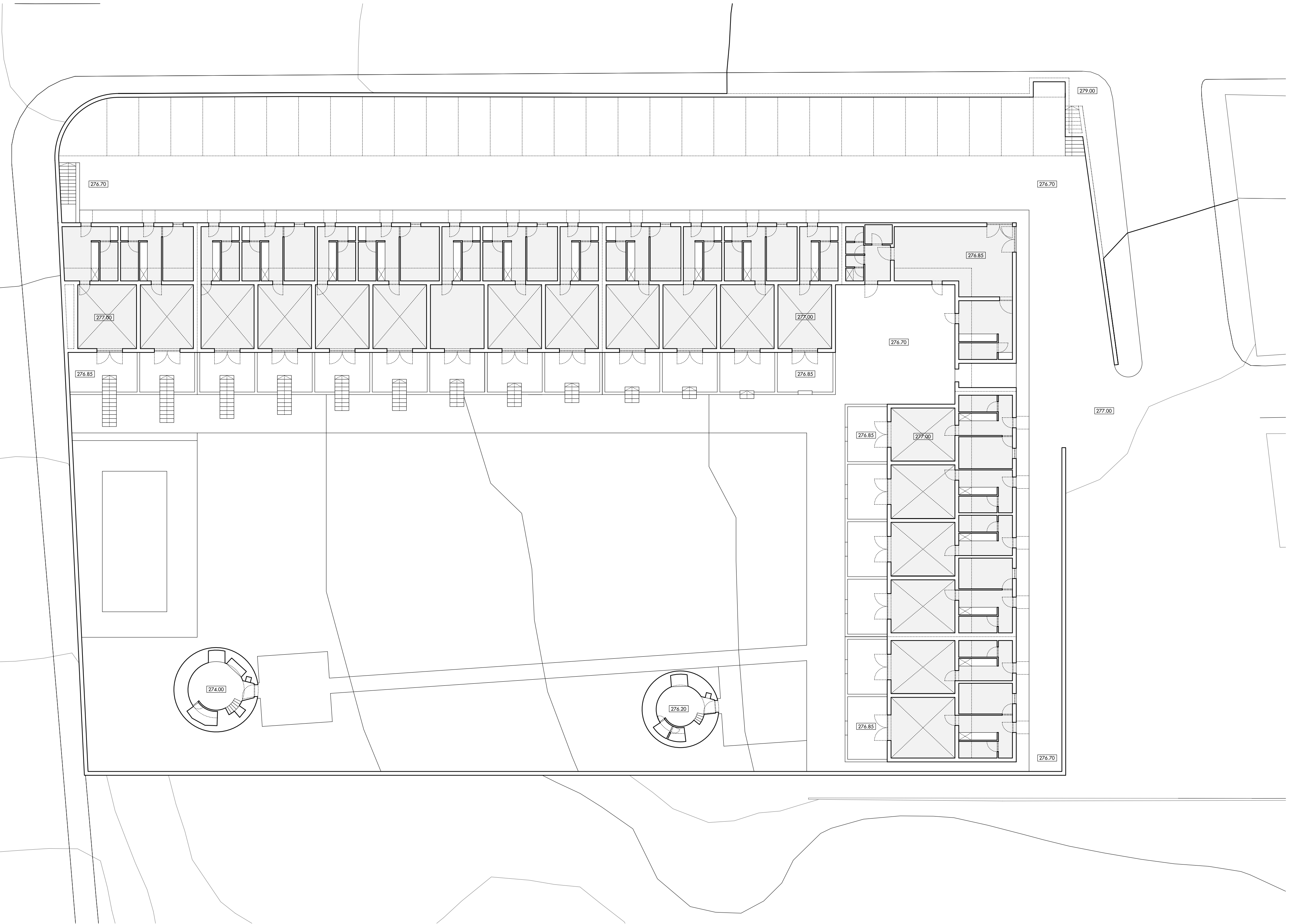
8. DESENHOS
BROADWAY

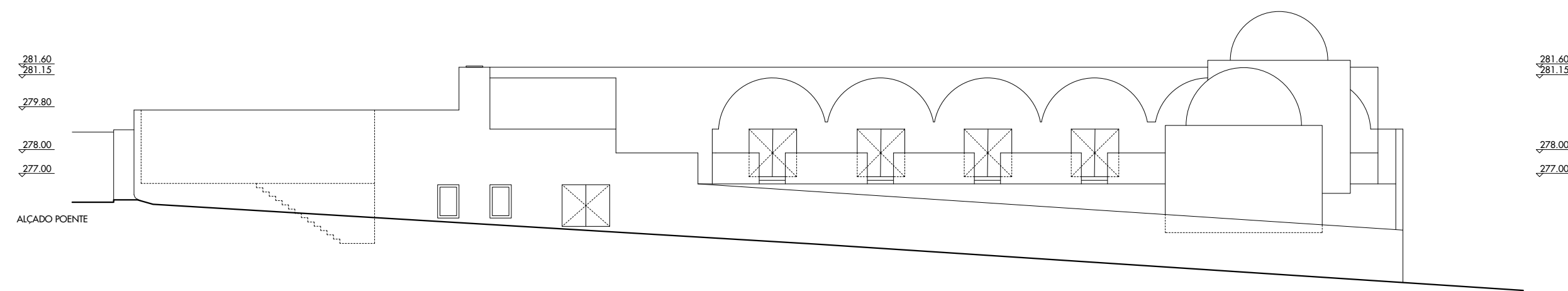
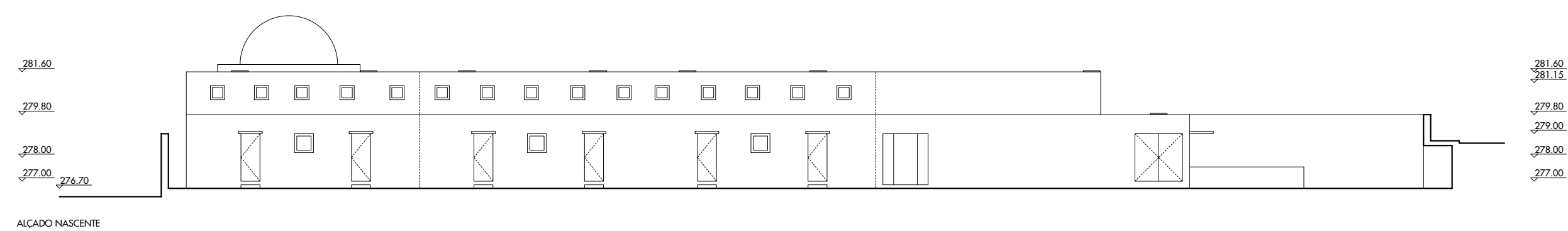
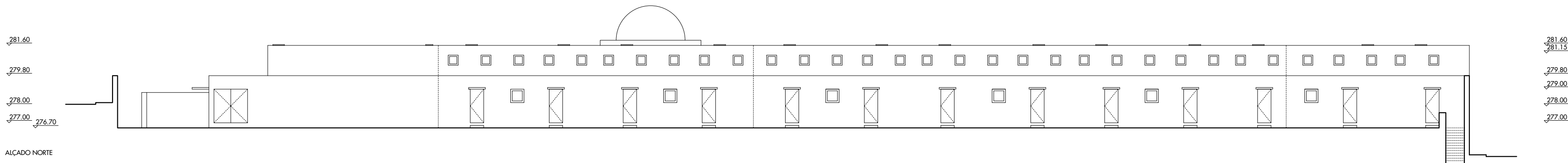
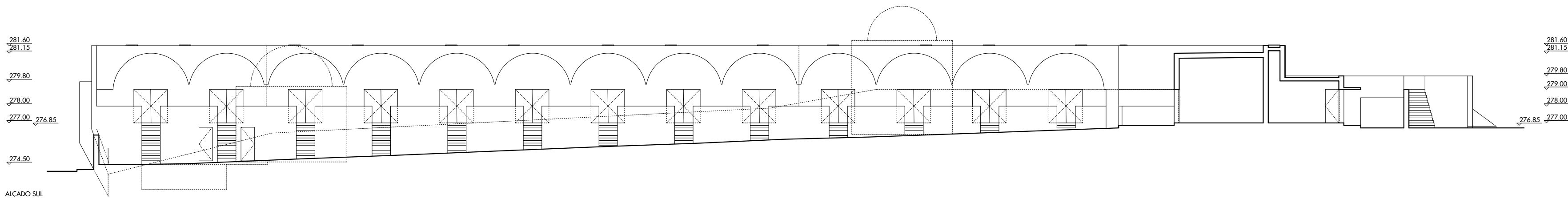


8. DESENHOS

8.4 APARTHOTEL

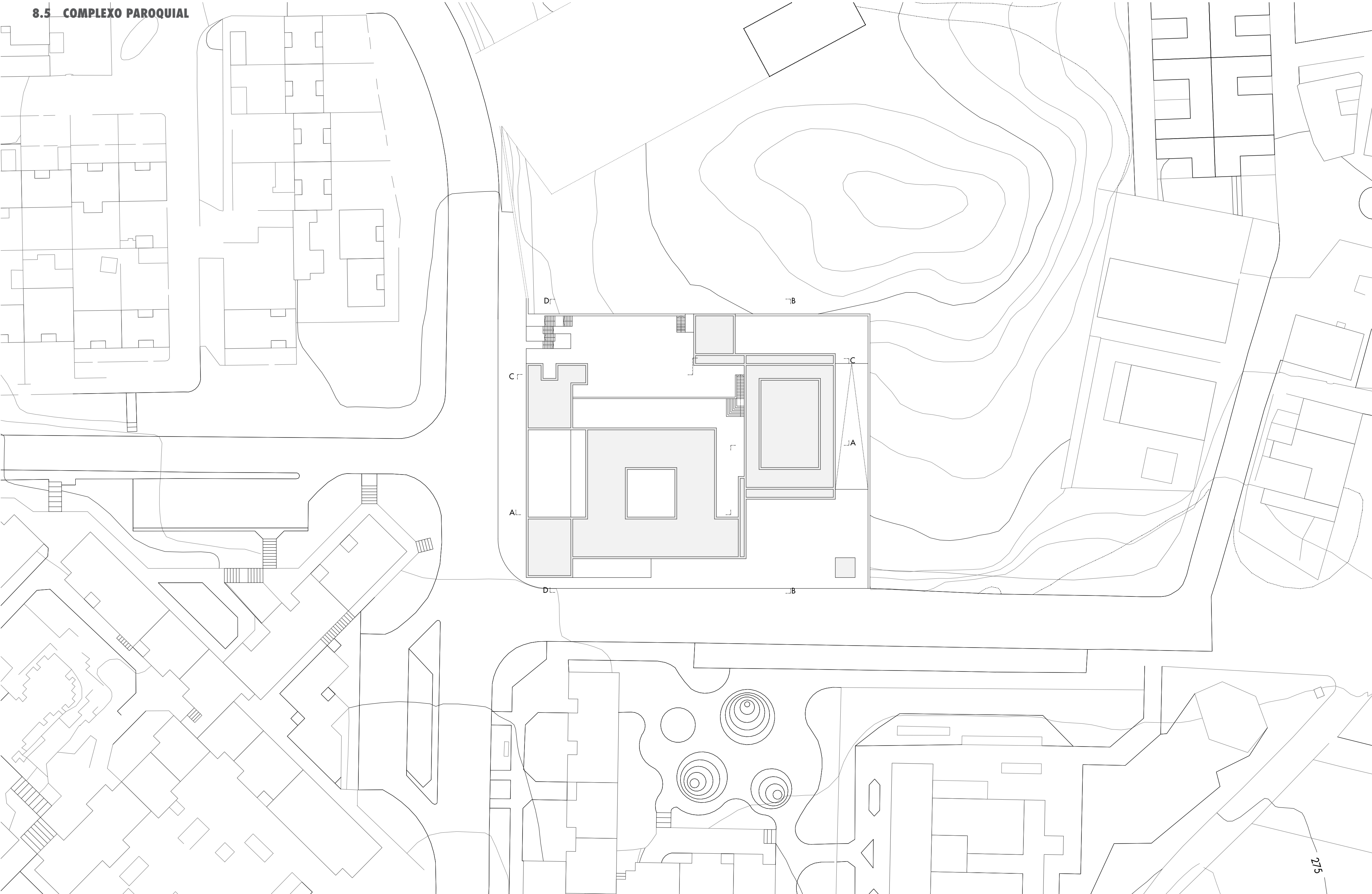


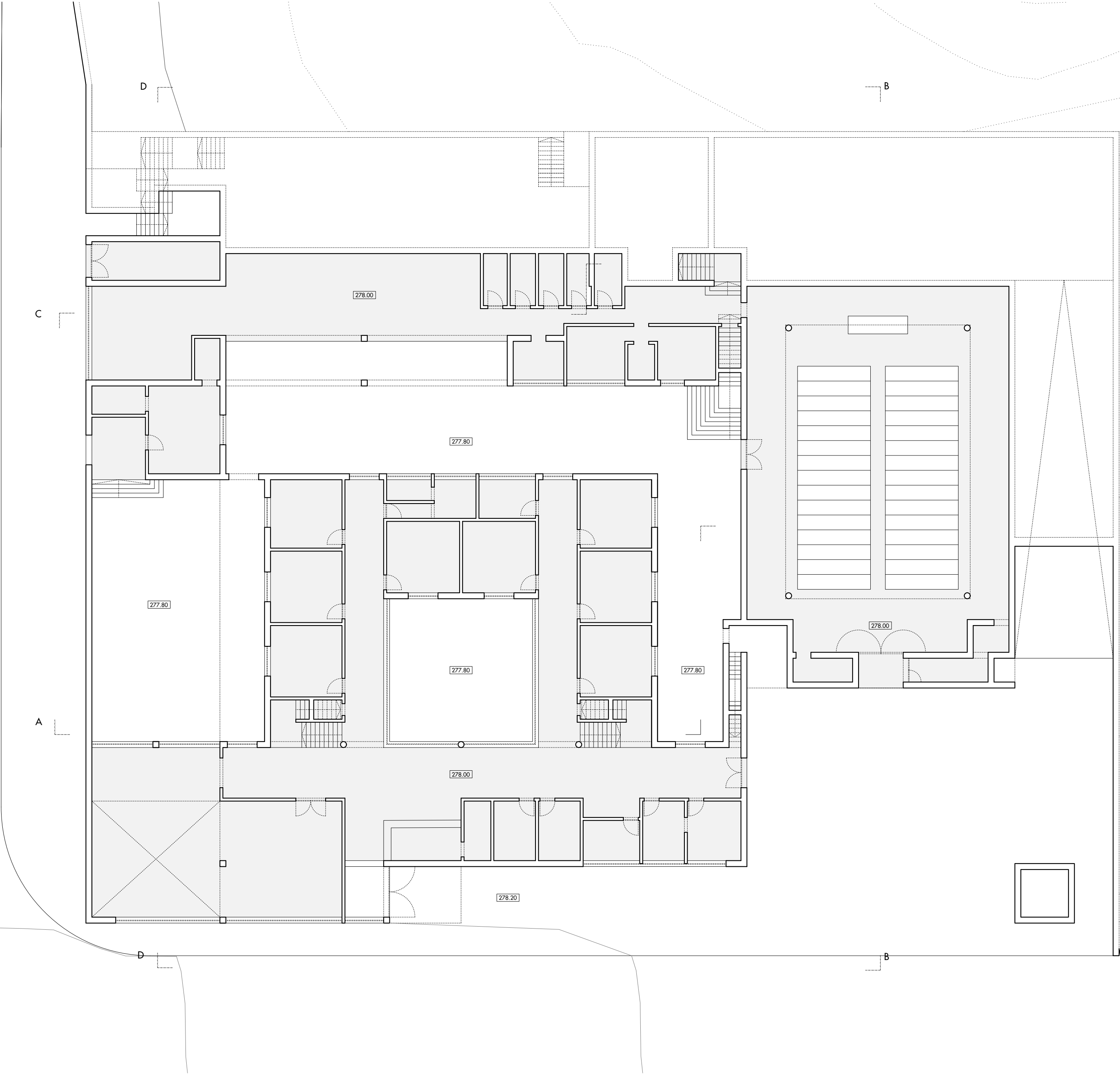


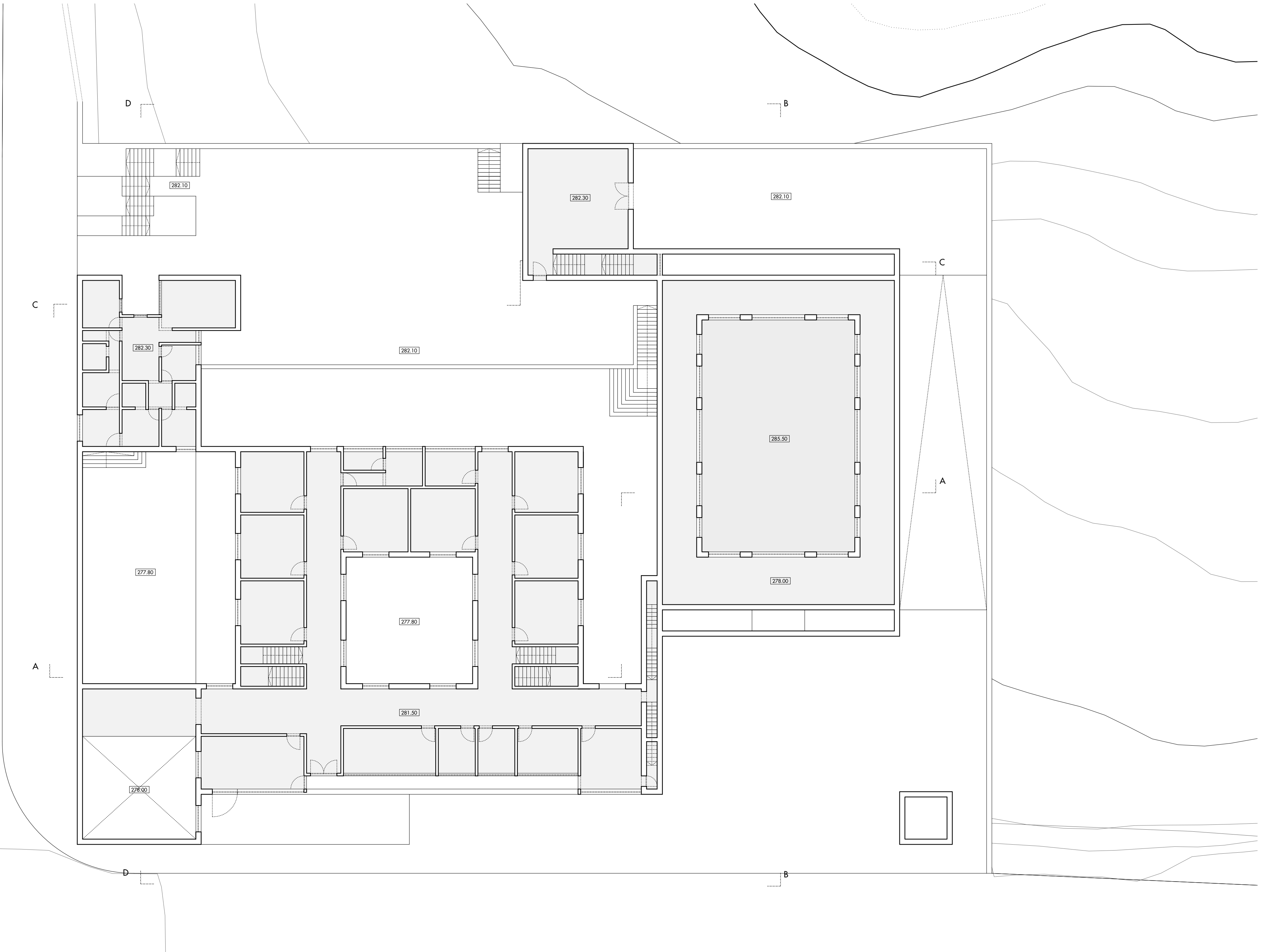


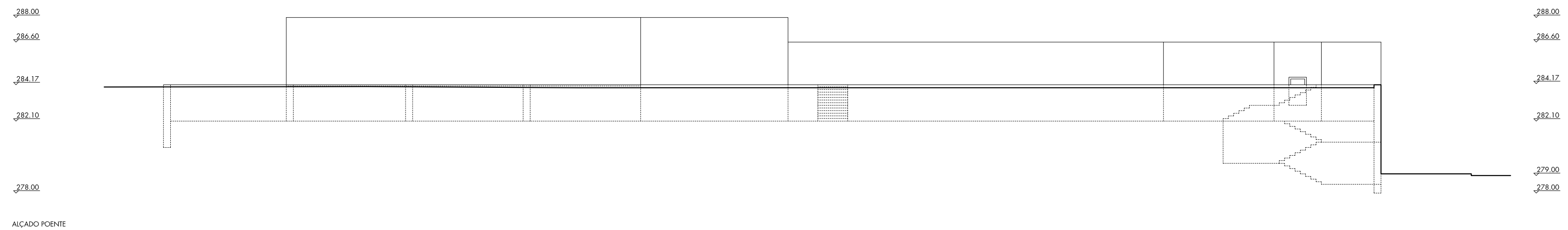
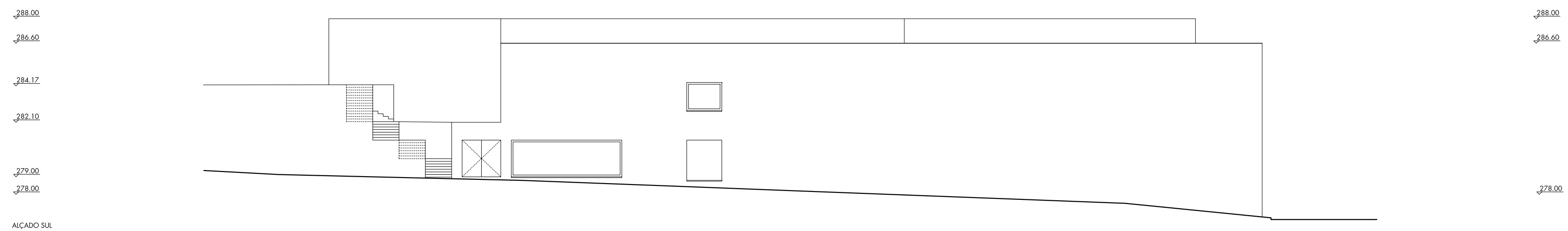
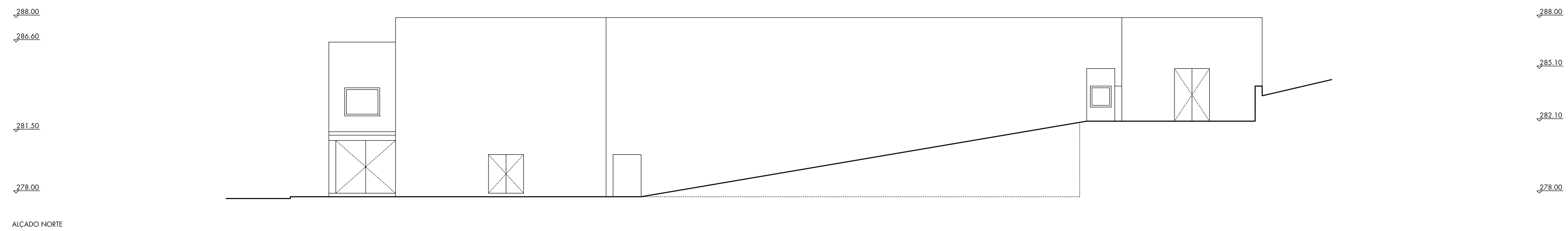
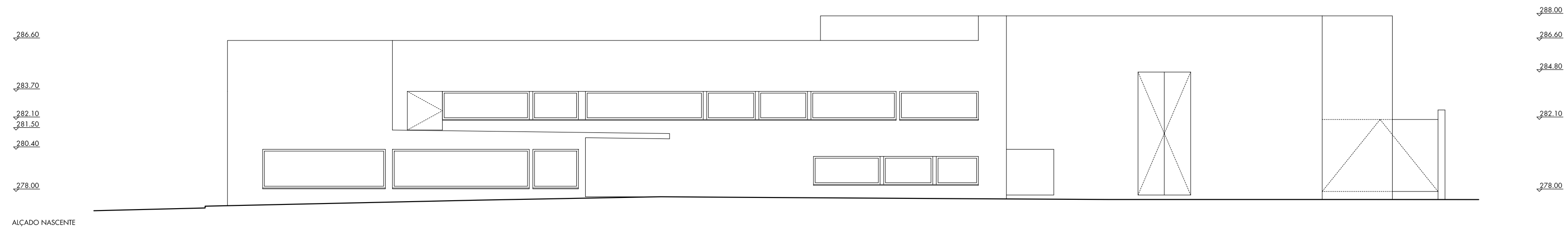
8. DESENHOS

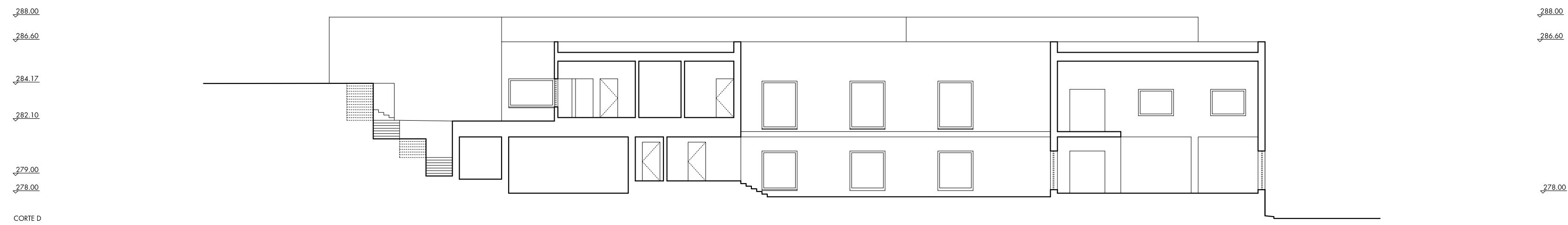
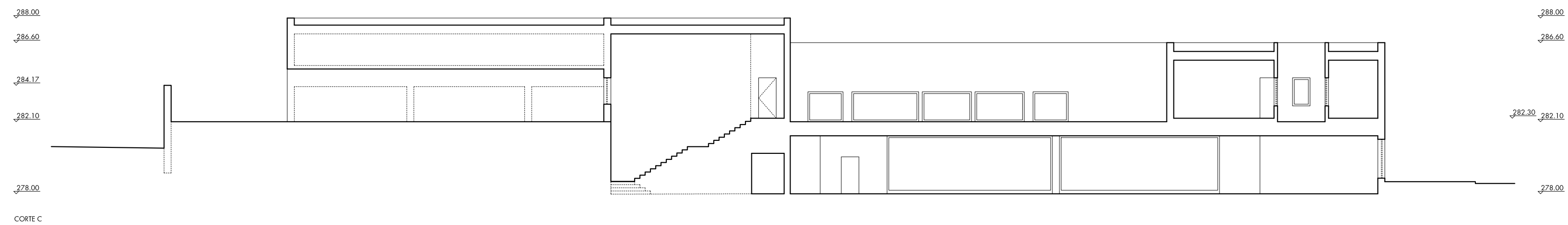
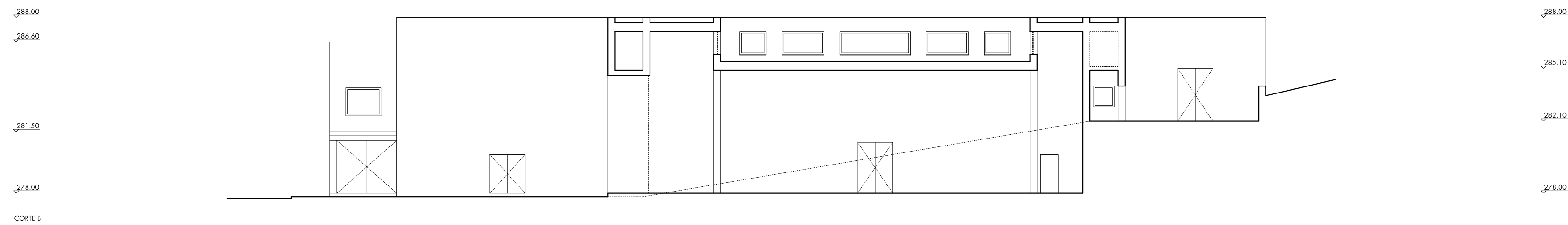
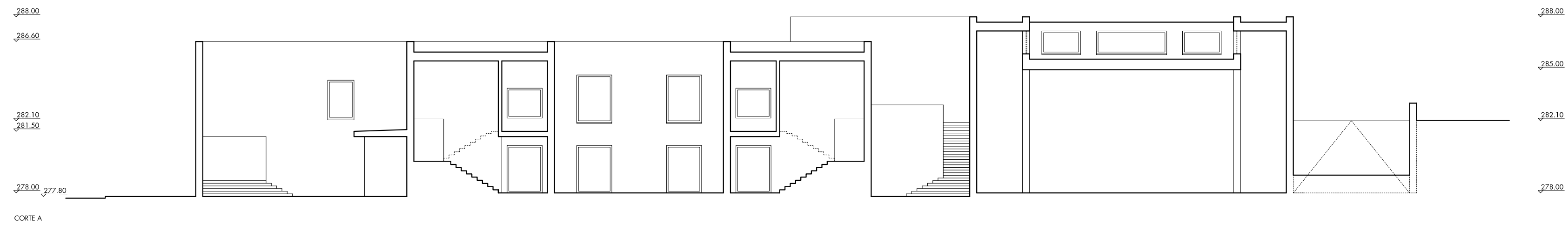
8.5 COMPLEXO PAROQUIAL







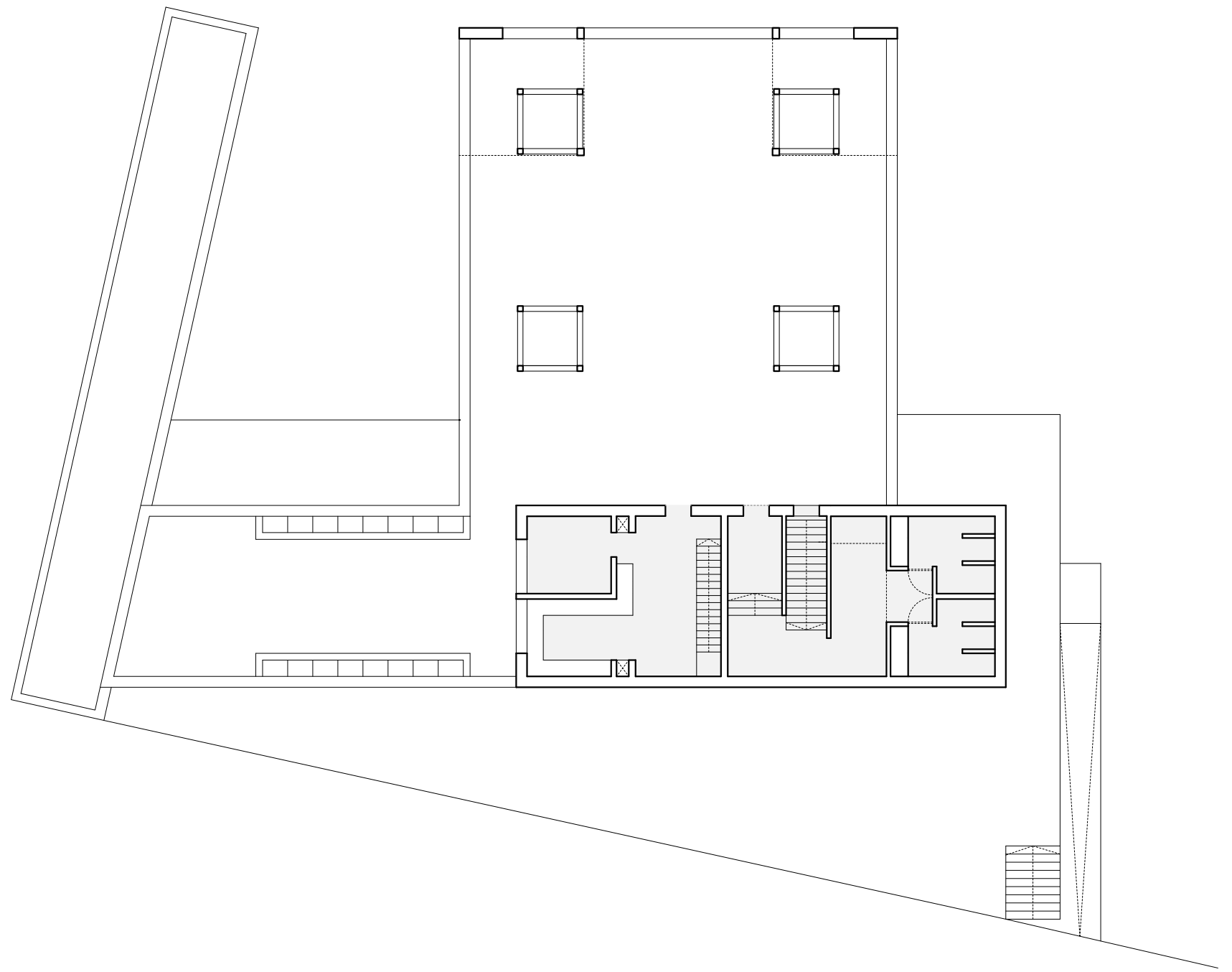
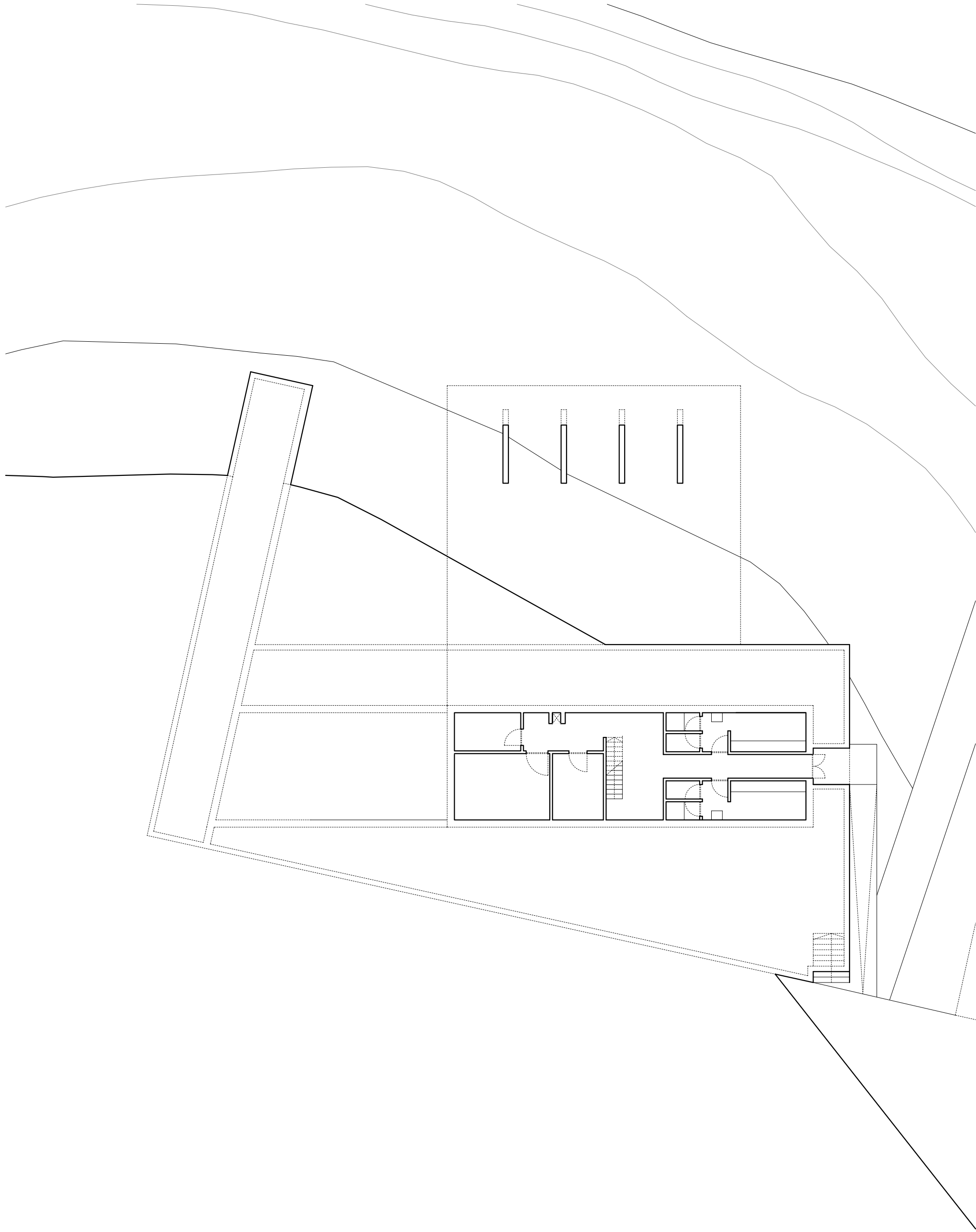


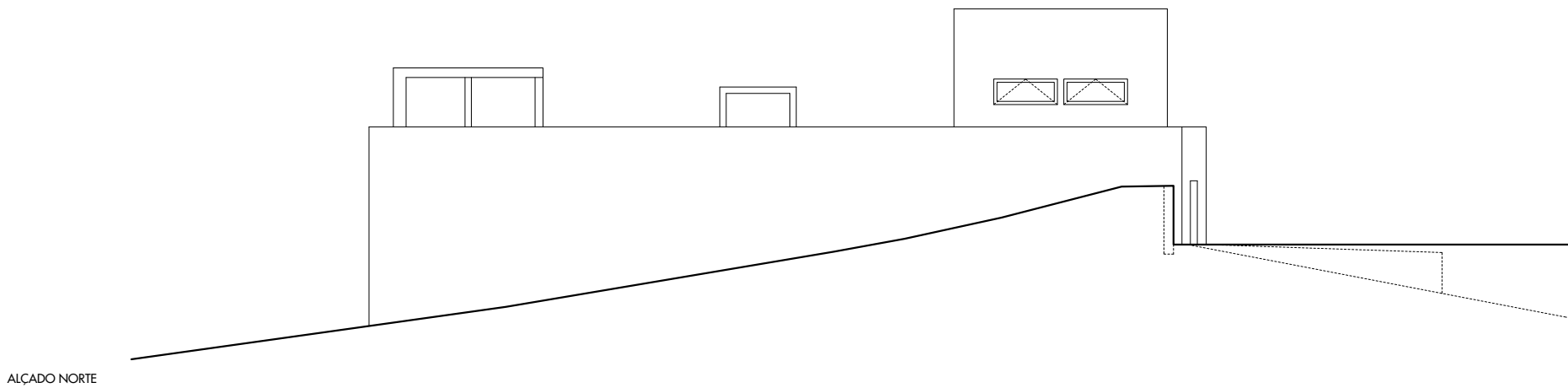
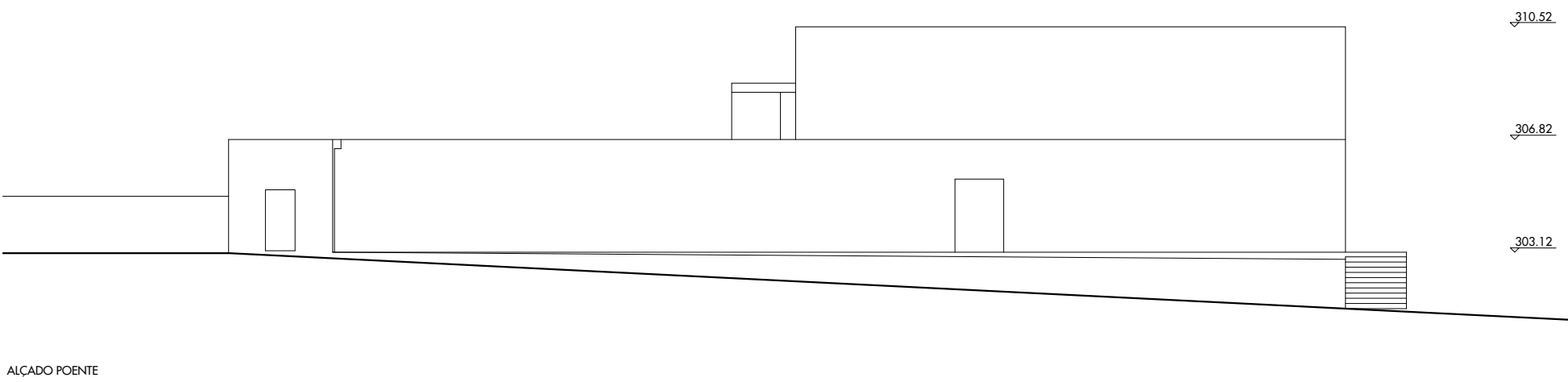
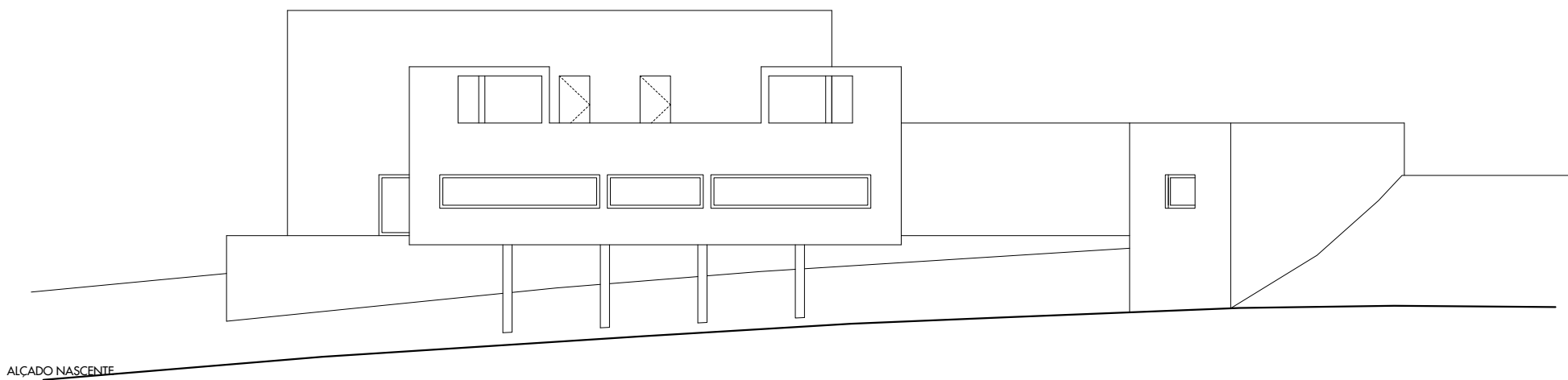
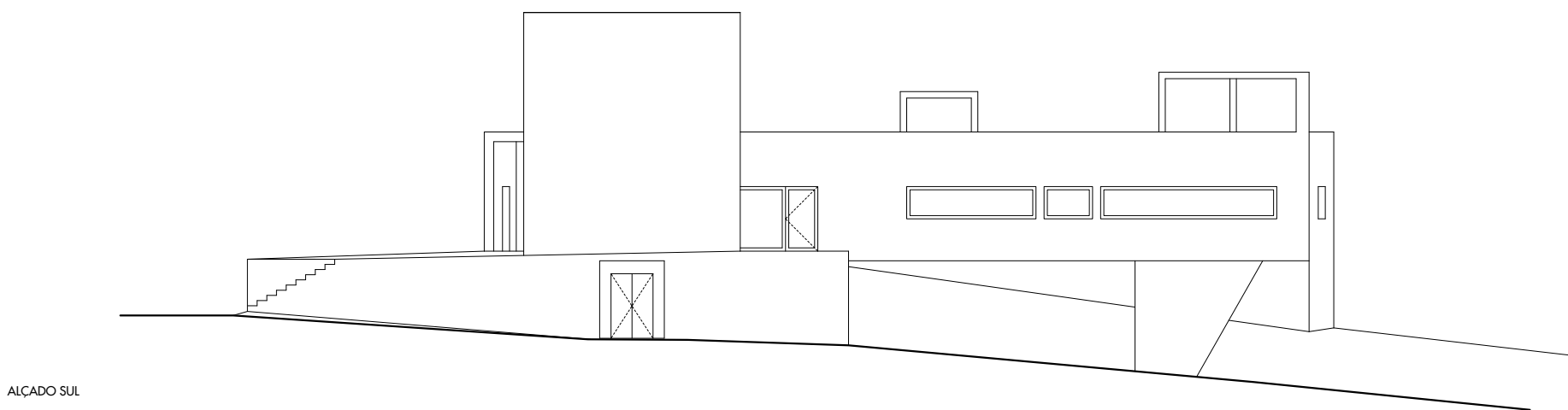
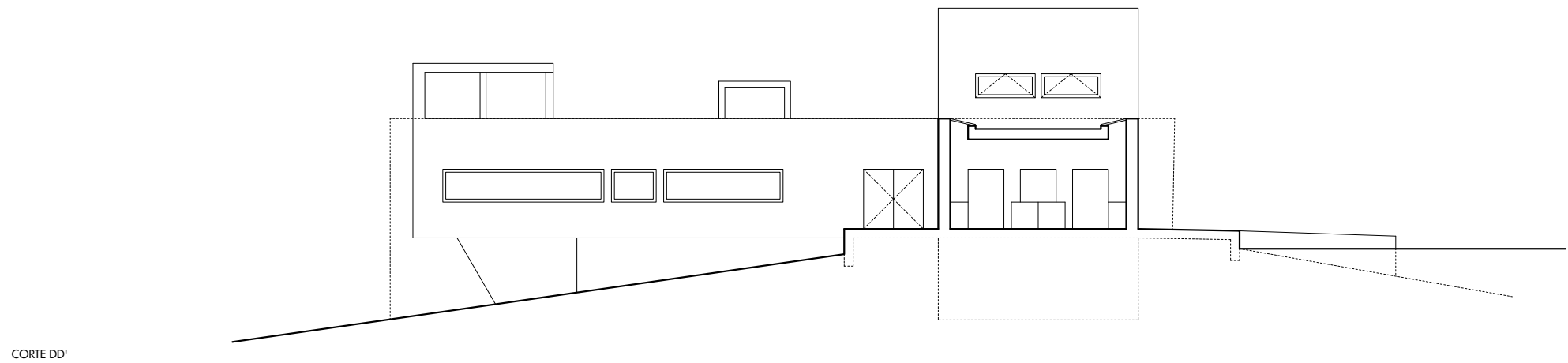
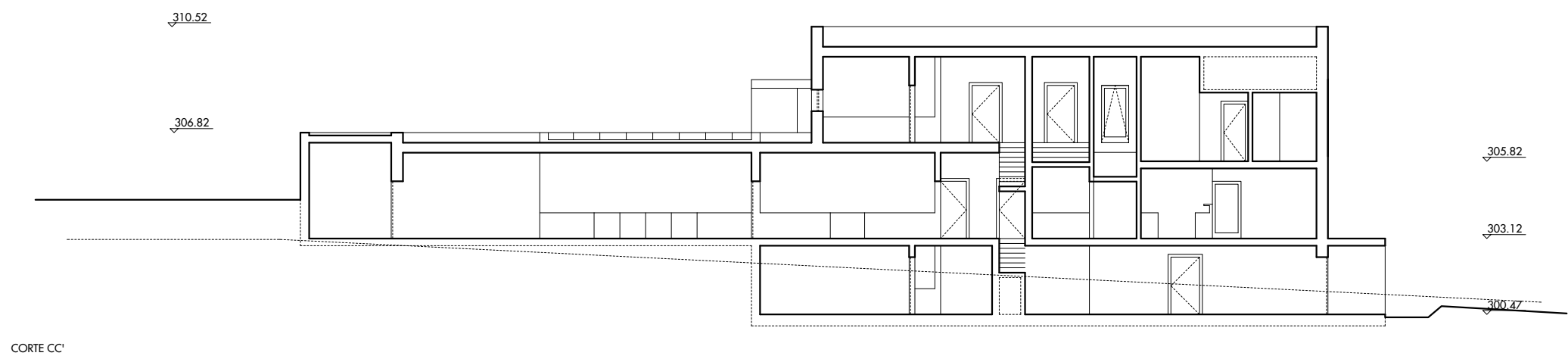
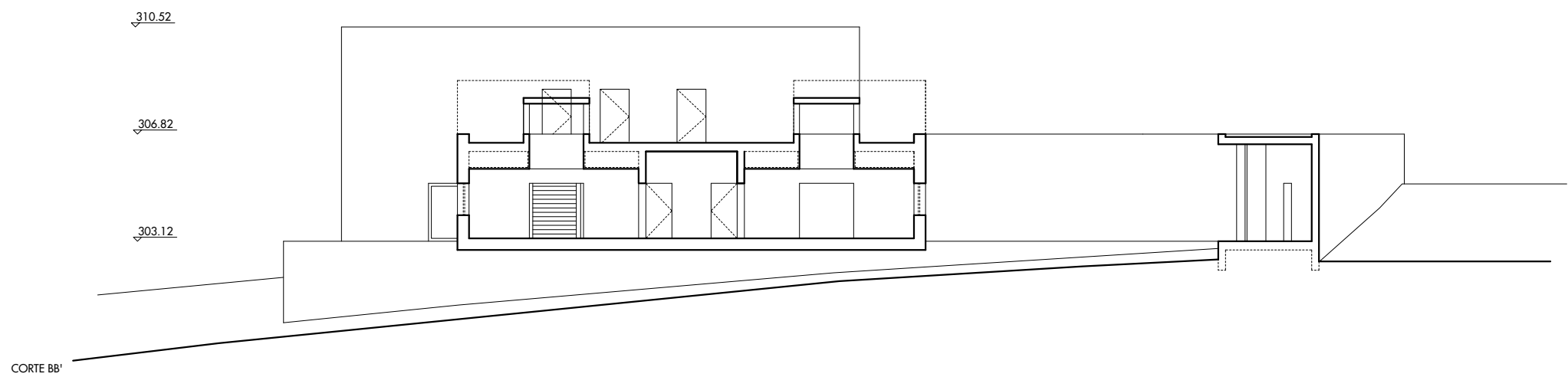
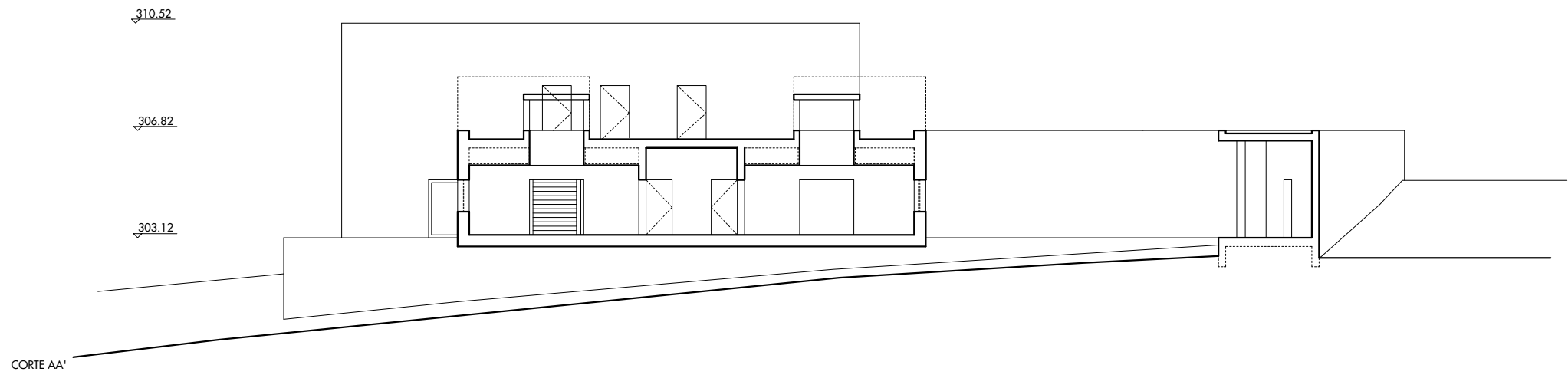


8. DESENHOS

8.6. RESTAURANTE/ CASA DE CHÁ



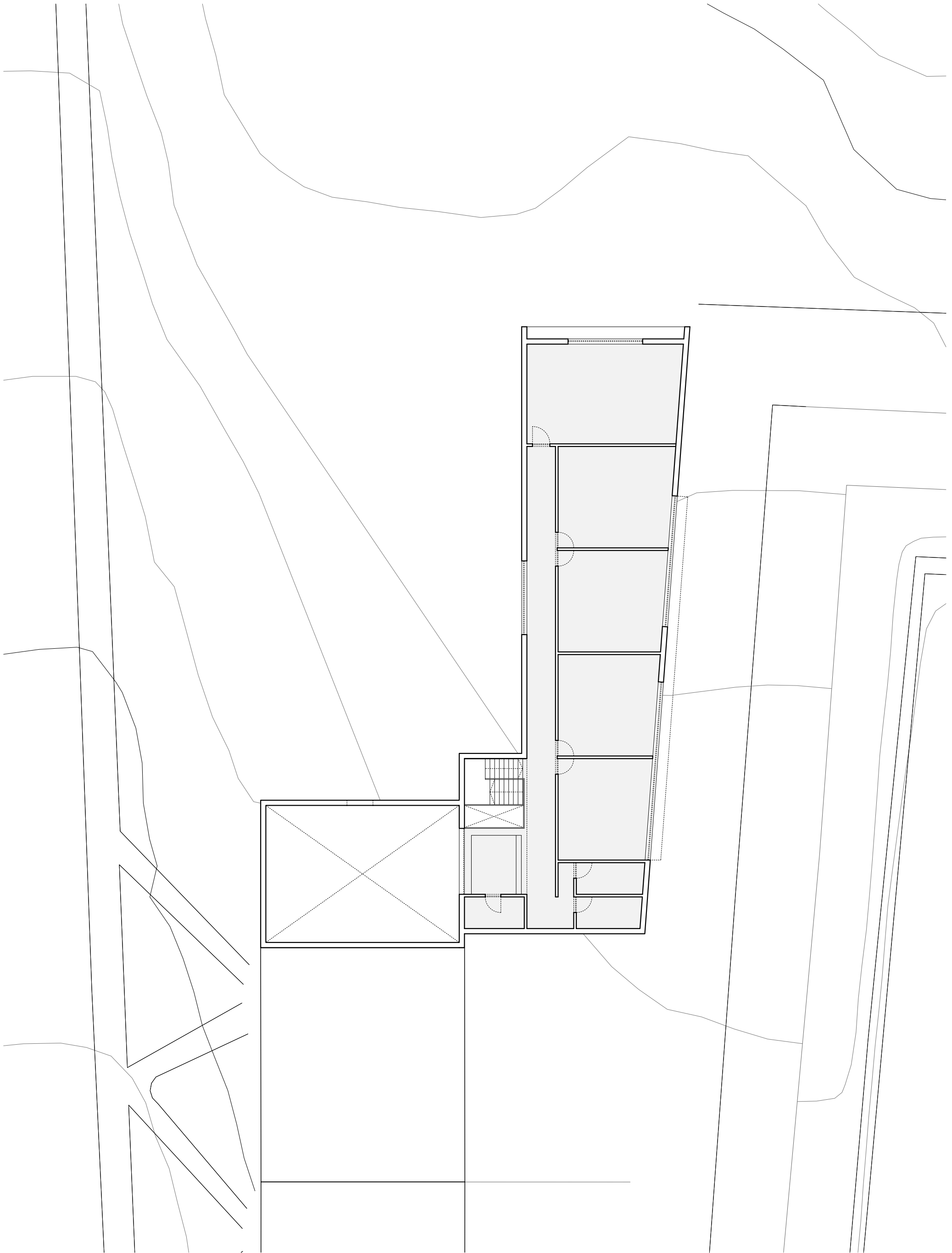
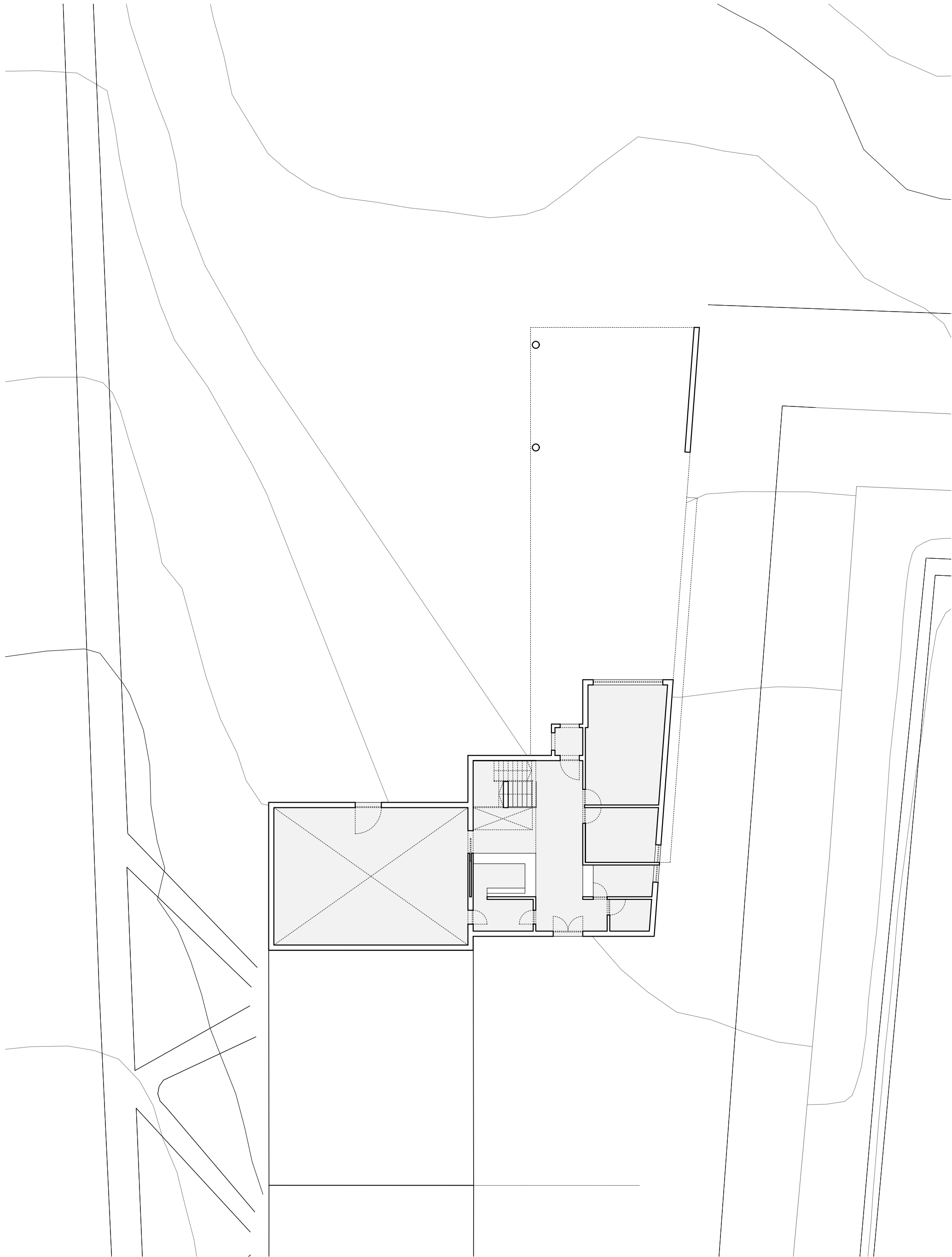


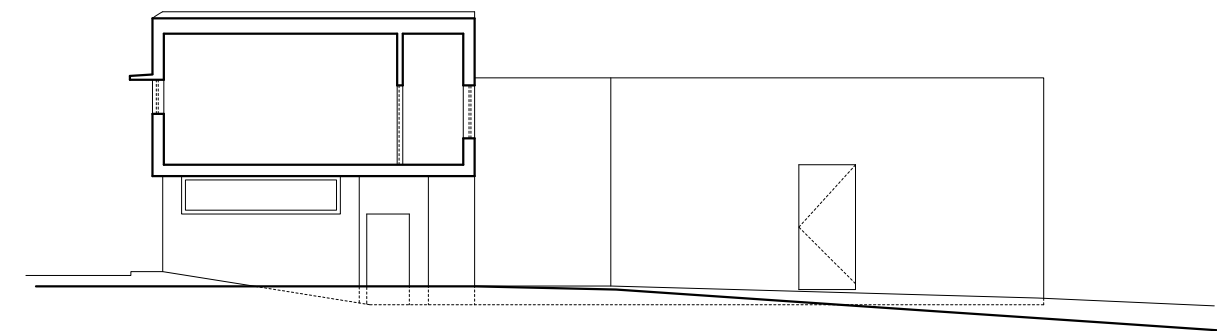
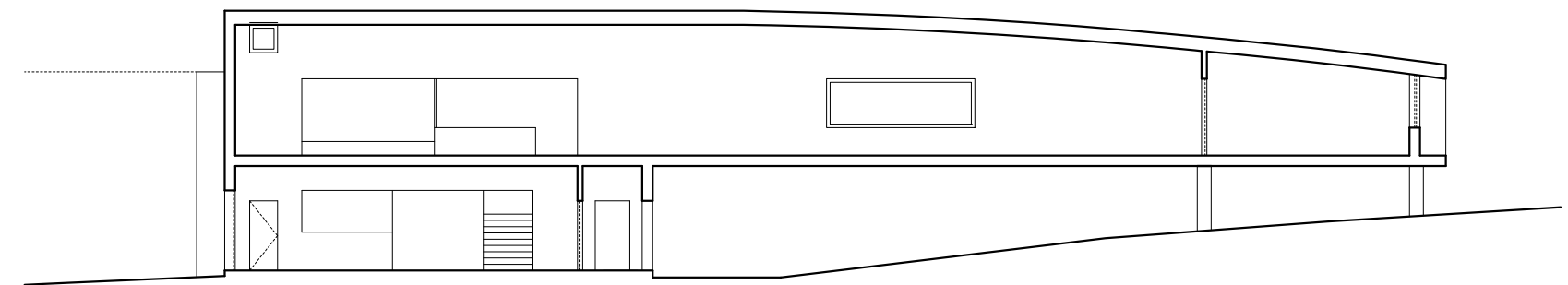
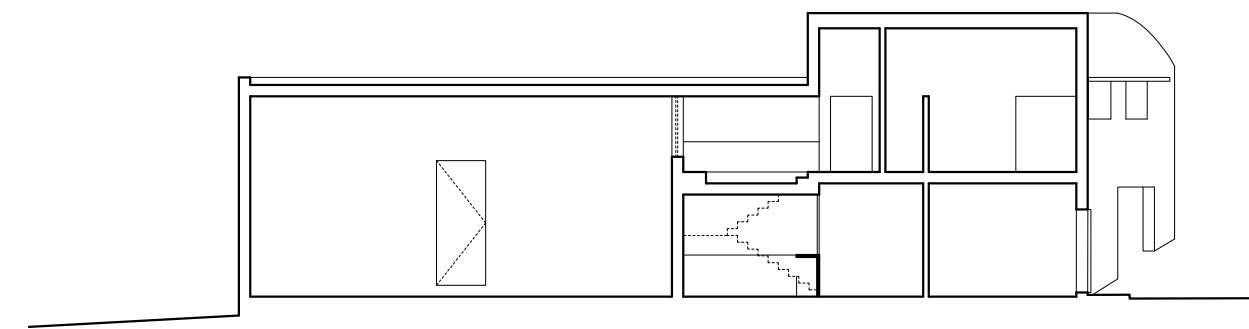
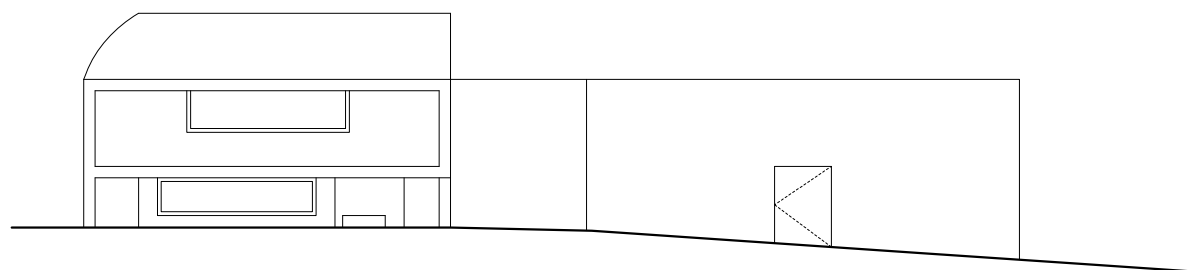
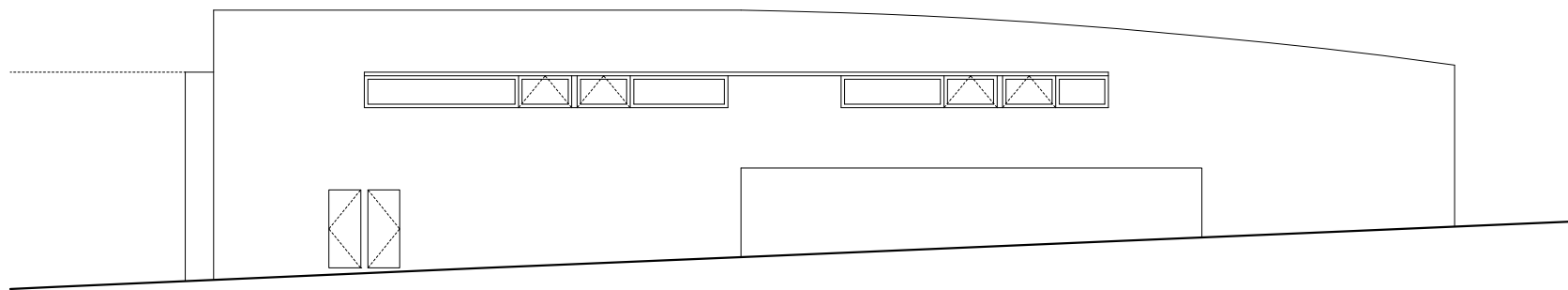
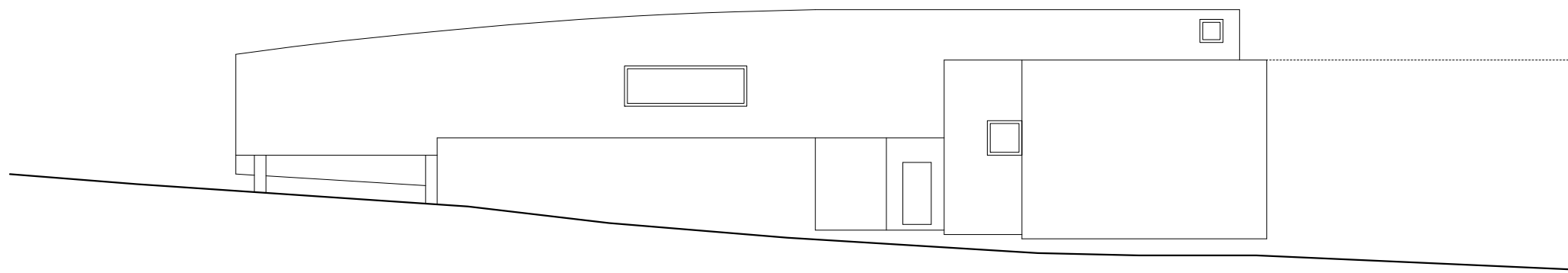
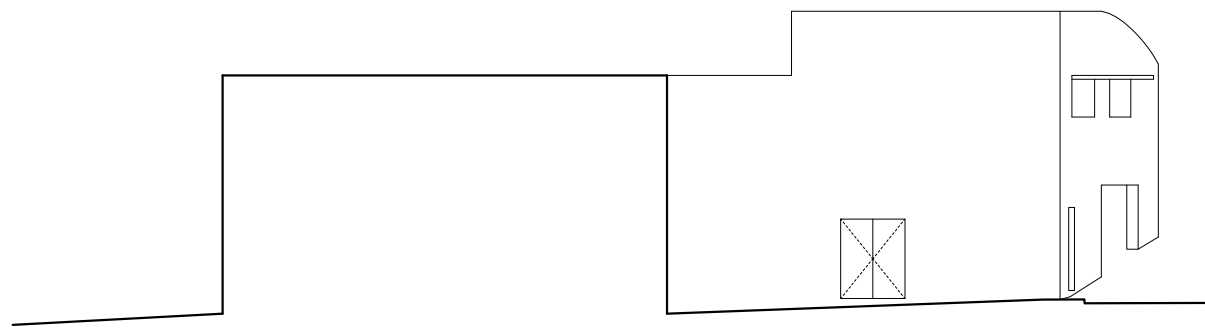


8. DESENHOS

8.7. ESCOLA DE LÍNGUAS







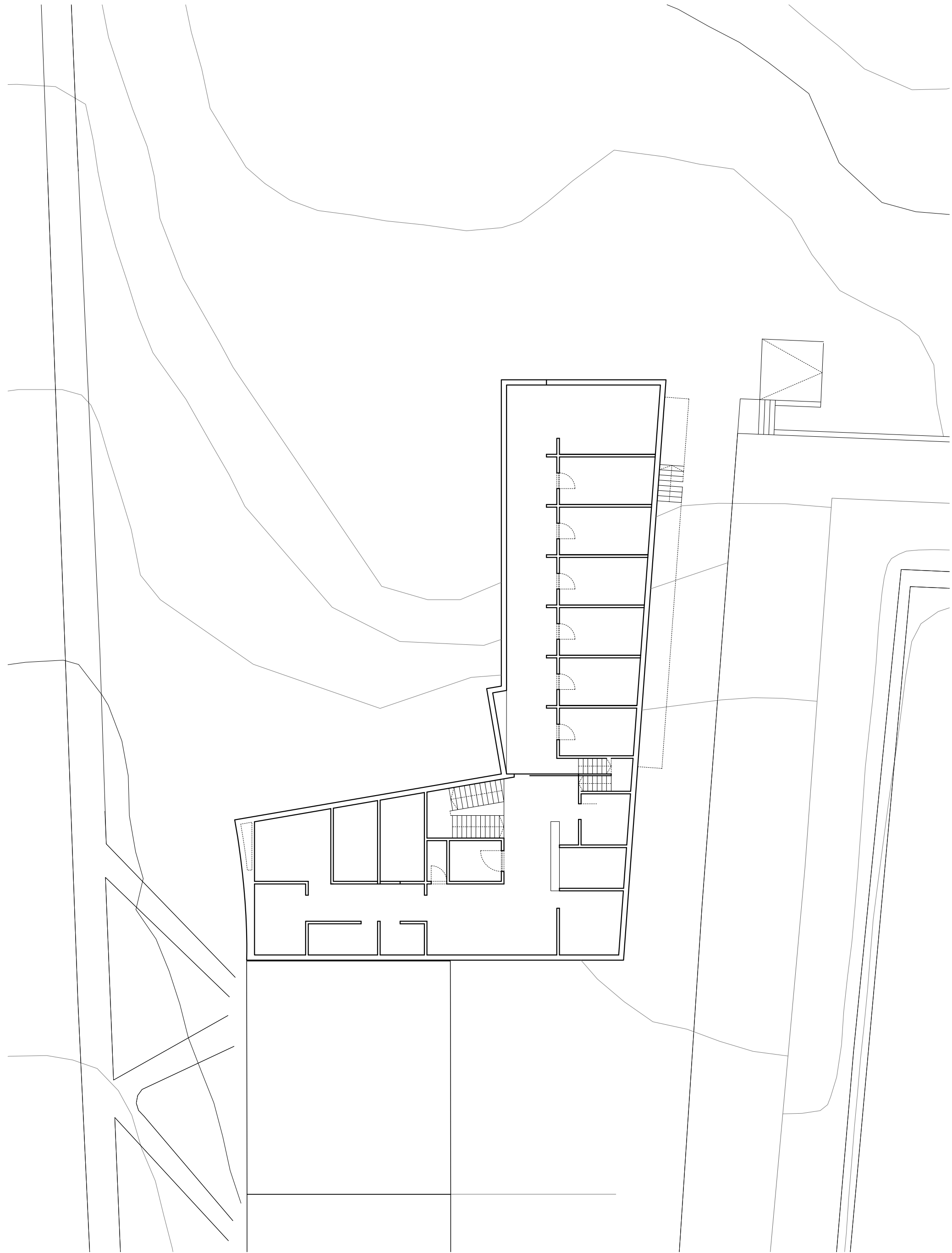
8. DESENHOS

8.8. CLÍNICA MÉDICA





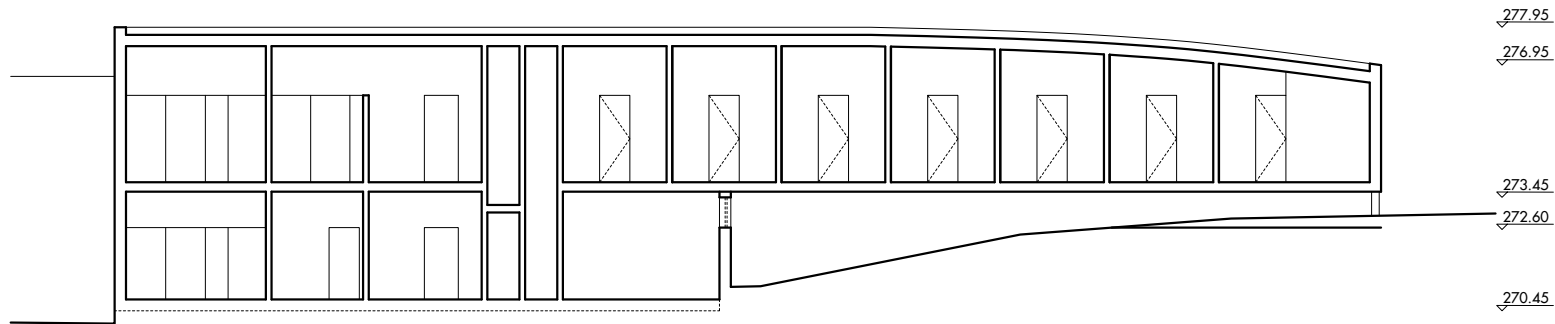
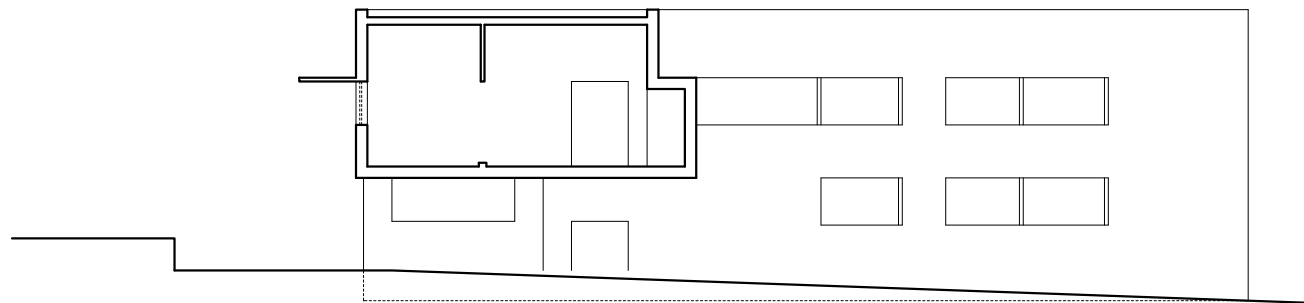
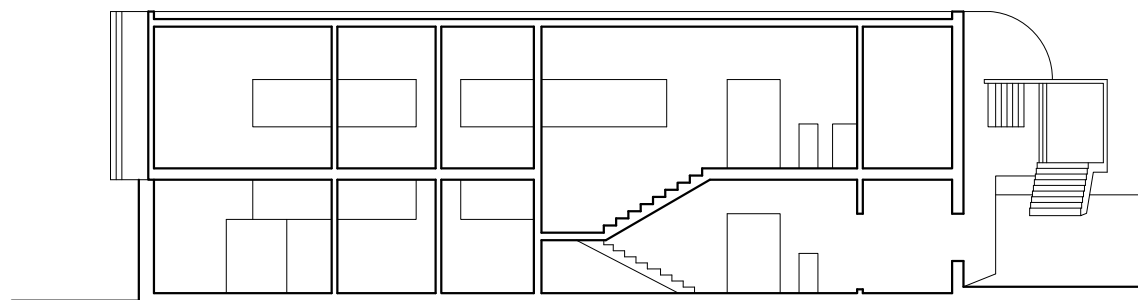
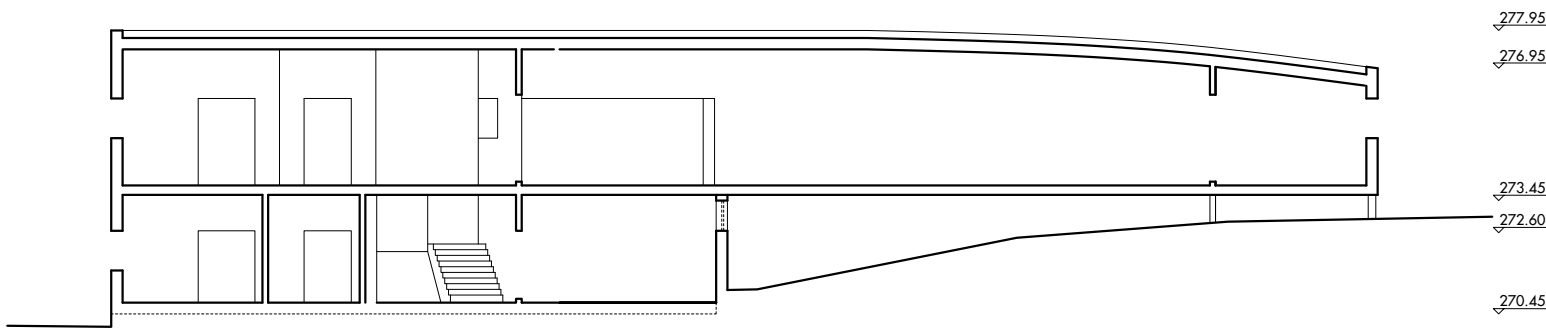
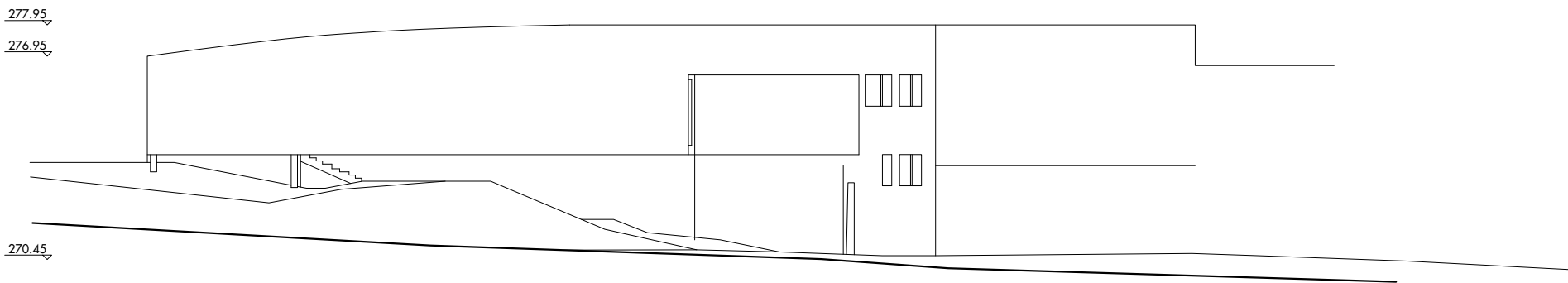
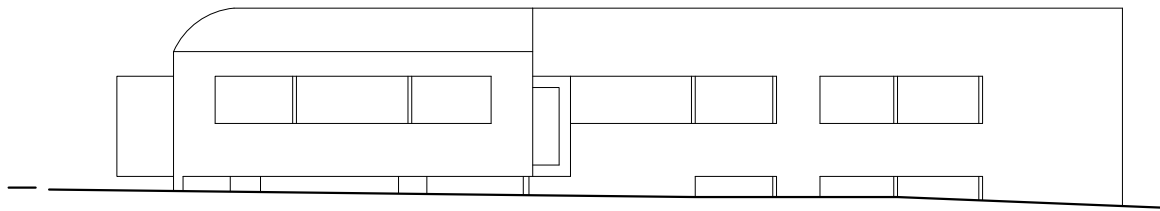
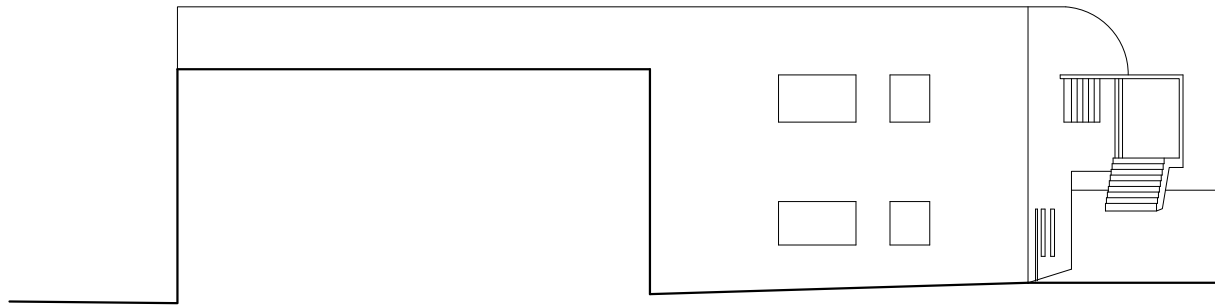
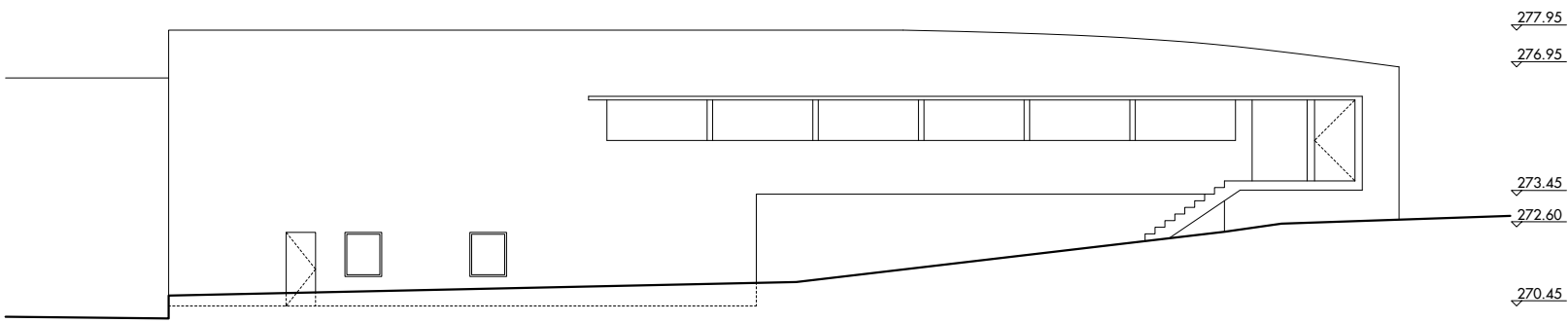
CÍNICA MÉDICA
PLANTA PISO 0 À COTA



CÍNICA MÉDICA
PLANTA PISO 0 À COTA

ESCALA 1/200





FONTE DE IMAGENS

1 — 11	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
12 — 30	© Álvaro Siza, «Caderno 1 — Março '77 — Évora, Bouça» cedido pela Drawing Matter.
31 — 36	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
37 — 44	© Álvaro Siza, «Caderno 13 — Dezembro '77 — Évora (casa)» cedido pela Drawing Matter.
45 — 64	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
65	© Montagem de Marco Martins, Aluno da Universidade de Évora do Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura.
66 — 74	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
75	internet : www.villaadriana.beniculturali.it/
76 — 81	© Álvaro Siza, «Caderno 22 — Maio '78 — Évora (viaduto cúpula)» cedido pela Drawing Matter.
82 — 83	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
84 — 85	© Álvaro Siza, retirado de <i>Álvaro Siza, obra completa</i> , de Kenneth Frampton
86 — 98	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
99 — 106	© Álvaro Siza, «Caderno 13 — dezembro '77 — Évora (casa)» cedido pela Drawing Matter.
107 — 159	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
160 — 163	© Álvaro Siza, Arquivo Câmara Municipal de Évora – Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana.
164 — 171	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
172 — 175	© Álvaro Siza, Arquivo Câmara Municipal de Évora – Divisão de Gestão Urbanística – Obras Particulares.
176 — 223	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
224 — 226	© Álvaro Siza, Arquivo Câmara Municipal de Évora – Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana.
227 — 229	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
230 — 234	© Álvaro Siza, Arquivo Câmara Municipal de Évora – Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana.
235 — 239	© Álvaro Siza, cedido pela Drawing Matter.
240 — 252	© Álvaro Siza, Arquivo Câmara Municipal de Évora – Divisão de Gestão Urbanística – Obras Particulares.

